

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

17 da 29 de Abril de 2019 | Nº 180 | Ano VI • Director: José Luís Mendonça

.... Kz 50,00

ECO DE ANGOLA

Pág.
3-5

Prováveis “origens” Ovimbundu

A abordagem sobre versões relativas às “origens” civilizacionais planálticas, no caso da variante etnolinguística “mbundu” de estrato sociocultural muntu (pl. bantu, vantu), passa pela análise da perspectiva etno-histórica. Quanto ao etnónimo “mbundu”, sendo nevoeiro em umbundu - «ombundu, “o nevoeiro”», excluído o artigo “«o»mbundu”, designa as socioculturas emergidas de chefaturas dispersas ao longo da faixa direita dos médio e baixo Kwanza, os “«a»mbundu”, e ao longo da faixa esquerda dos médio e alto Kwanza, os “«ovi»mbundu”. Naqueles, a variante linguística é “«ki»mbundu” e este fala “«u»mbundu” pelo que chamam-se «ovimbundu “gente das zonas de nevoeiro.”

LETRAS

Pág.
6

África e a normalização ortográfica da língua portuguesa



HISTÓRIA

Pág.
10-12

A emergência do Estado angolano e o seu reconhecimento internacional



ARTES

Pág.
8-9

Arte angolana na vitrina mundial



POEMA DE MÁRIO PEREIRA



Lendo

(I)

Lendo, avanço e rechaço o poder da vera malícia
 Que incessante me segue a qualquer hora do dia!
 E mesmo lendo à meia-luz da minha triste candeia
 Aprendo a ler a dor estampada no rosto sem carícia
 Que enleva quem na dor cultiva amor; uma ideia
 Capaz de apagar a labareda que acende; incendeia
 O rosto em espanto; a cubata em cuja ira se sacia!

(II)

Lendo, dou alento à vida que se activa, que aviva
 Outras vidas, sem muita vida, que se esvaem
 E se contraem quando alguém ainda vem
 Para lugar que não lhe pertence e ali se motiva!

(III)

Lendo, activo o pensamento. Que momento!
 E, ávido de querer saber o que ainda virá
 Desfolho o meu livro para ver se ainda há
 Algo que possa merecer o meu consentimento!

(IV)

Lendo, assino a minha sorte, meu passaporte
 Para um novo patamar que nunca foi meu
 Porém, apesar de enigmático, juro não ser teu
 O vigor com que laboro o presságio da minha sorte!

(V)

Lendo activo festivo a hora da minha chegada
 E, mesmo que seja madrugada, creia, estarei lá
 Onde ninguém me espera, mas onde sei que há
 A ansiedade que alenta a espera da hora marcada!

(VI)

Lendo, acendo a luz apagada na escuridão
 Por quem activa o desalento aceso na alma
 Cujas chamas, inflada em sopro de vera malícia
 Expande a dor ornada em vil amor que alicia
 Outro mal não menor: o luto que viva alma
 Ostenta enegrecendo o corpo na sofreguidão!

(VII)

Lendo, avivo a esperança de não ser quem sou
 Que nunca soube o que é isso de ser alguém
 Que mantém vivo o ar festivo que me sustém
 Sem vintém que alente a calma que se esgotou!
 E quando a esperança se mantém mais além
 Queiram que é por não possuir aquele vintém
 Que possa atrair o livro para mim; onde estou!

(VIII)

Lendo, apego-me à vida como ao ar incontido
 Como ao ar que respiro sem qualquer espirro
 Que me faça tremer a alma falida, mas embirro
 Quando o meu livro emprestado não é devolvido!
 E quem diz que me vê em mui vil e vero acirro
 Sabe que é por meu livro ausente que me mirro
 Por sentir na alma o vazio que me deixa combalido!

(IX)

Lendo, vou descobrindo o intento do mundo
 Que é mudo quando a maldade que urde
 Só pode ser vista se o fogo que ateia arde
 Extinguindo a vida de quem é submundo!

Normas editoriais

O jornal Cultura aceita para publicação artigos literário-científicos e resenhas bibliográficas. Os manuscritos apresentados devem ser originais. Todos os autores que apresentarem os seus artigos para publicação ao jornal Cultura assumem o compromisso de não apresentar esses mesmos artigos a outros órgãos. Após análise do Conselho Editorial, as contribuições serão avaliadas e, em caso de não publicação, os pareceres serão comunicados aos autores.

Os conteúdos publicados, bem como a referência a figuras ou gráficos já publicados, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os textos devem ser formatados em fonte Times New Roman, corpo 12, e margens não inferiores a 3 cm. Os quadros, gráficos e figuras devem, ainda, ser enviados no formato em que foram elaborados e também num ficheiro separado.

Propriedade



Sede: Rua Rainha Ginga, 12-26 | Caixa Postal 1312 - Luanda
 Redacção 222 02 01 74 | Telefone geral (PBX): 222 333 344
 Fax: 222 336 073 | Telegramas: Proangola
 E-mail: ednovembro.dg@nexus.ao

Conselho de Administração

Victor Silva (presidente)

Administradores Executivos

Caetano Pedro da Conceição Júnior,
 José Alberto Domingos, Rui André
 Marques Upalavela, Luena Kassonde
 Ross Guinapo

Administradores Não Executivos

Filomeno Jorge Manaças
 Mateus Francisco João dos Santos Júnior

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

Nº 180/Ano VII/ 17 a 29 de Abril de 2019
 E-mail: cultura.angolana@gmail.com
 site: www.jornalcultura.sapo.ao
 Telefone e Fax: 222 01 82 84

CONSELHO EDITORIAL

Director e Editor-chefe:

José Luís Mendonça

Editores:

Adriano de Melo e Gaspar Micolo

Departamento de Paginação:

Irineu Caldeira (Chefe), Adilson Santos (Chefe adjunto),
 Adilson R. Félix, Sócrates Simóns, Jorge de Sousa
 e Waldemar Jorge

Edição online: Adão de Sousa

Colaboram neste número:

Angola: Armindo Jaime Gomes, Francisco Neto, Mário Pereira

Moçambique: Bento Siteo

FONTES DE INFORMAÇÃO GLOBAL:

Afreaka, Africultures, Portal e revista de referência, Agulha,
 Correio da Unesco, Modo de USAR & CO,
 Obvious Magazine e Engenharia é.



Carregadores

Prováveis “origens” ovimbundu

ARMINDO
JAIME GOMES

A abordagem sobre versões relativas às “origens” civilizacionais planálticas, no caso da variante etnolinguística “mbundu” de estrato sociocultural muntu (pl. bantu, vantu), passa pela análise da perspectiva etno-histórica, desconstruindo os etnónimos, topónimos, antropónimos, zoónimos e fitónimos. Quanto ao etnónimo “mbundu”, sendo nevoeiro em umbundu - «ombundu, “o nevoeiro”», excluído o artigo “o»mbundu”, designa as socioculturas emergidas de chefaturas dispersas ao longo da faixa direita dos médio e baixo Kwanza, os “«a»mbundu”, e ao longo da faixa esquerda dos médio e alto Kwanza, os “«ovi»mbundu”. Naqueles, a variante linguística é “«ki»mbundu” tratando-se (Coelho, 2010^a), “da mais antiga elaboração da noção de «grupo étnico» ou de «povo» populações que falam uma mesma língua” (p. 356) e este fala “«u»mbundu” pelo que chamam-se «ovimbundu “gente das zonas de nevoeiro”», plural de “«oci»mbundu”, cujo «o» prefixado torna-se um artigo neutro singular enquanto o «a» e o «ovi» correspondem ao prefixo neutro plural “ambundu, ovimbundu”.

No geral, os etnónimos bantu resultam da caracterização dos seus portadores interpretados por vizinhos admiradores ou depreciadores e os cognominados acabam sendo os últimos a saber. Aos próprios, normalmente, atribuem-se os zoónimos ou fitónimos

em conexo com os seus totens. Salvo este exemplo, torna-se difícil saber desde quando se chama “mbundu” aos complexos socioculturas, mais ou menos distintos em história, muito influentes no contexto sociopolítico angolano, mas a expansão etnolinguística relaciona-se com a desintegração da lendária nação Kulembe (Miller, 1995), civilização pré-mercantilista, sem grandes referências historiográficas pois, além das descrições deste autor, depoimentos de alguns sobas de Bocóio e Balombo, participantes aos preparativos do «I Encontro Provincial das Autoridades Tradicionais em Benguela» de 2002 (Arjago: 2002), iludem ter havido um poder endógeno Kulembe, no perímetro montanhoso da faixa litorânea adjacente ao planalto central entre os vales dos rios Longa, Keve, Kutatu, Kunynga e Katombela, cujo triângulo em referência faz-se coincidir com a etnogeografia descrita por Miller (1995: 90-91) correspondendo com Kalulu, Kienya, Kibala, Cela, Libolo, Wakukungu, mas também, Mpungu a Ndonggo (Íd., p. 199). Hoje, Kulembe é insignificante aldeia kwanza-sulana algures em Amboim. À esta versão adiciona-se a cosmovisão sobre a descendência “mbundu” emergida do subsolo por intermédio de «Feti» (Childs, 1949), ente poligínico de descendência cósmica dos vales dos rios Kunyona e Kunene (Gomes, 2016).

Inúmeras “origens” migracionais como a de Cinguli, aderiram ao planalto central, quer de forma directa, no exemplo ora evocado em relação ao Ekovongo, quer através de chefaturas imbangala, o que tem a ver com o desenvolvimento sociopolítico dos Estados planálticos ovimbundu que, do resto, constituem um conglomerado suis generis à história de An-

gola. Povo, «dos povos miscigenados» (cfr Gomes, op. cit.), de quase todos os vértices da paisagem etnolinguística angolana incluindo as descendências ocidentais mercantilistas e orientais de além-Kasay; baluba, matembelle, baxilele, marutzes do lago Niassa, árabes-swahili, assim como os vankhumbi, ovambo, zulu, libertos e escravos fugitivos dos entrepostos comerciais litorâneos e carregadores sertanejos mercantilistas. A relação com o oriente, «ko ngangela», prendeu-se com a importação de escravos, gado bovino, borracha e marfim, correspondente à expectativa mercadológica da época (Redinha, 1975: 226).

“Povo de muitos povos” (id.: ibid.), assim caracterizados porque no decorrer da história mbundu formou-se um conjunto sociocultural unário sem que assim acontecesse na organização sociopolítica. “Povos dos povos ovimbundu”, diz Redinha (cfr op. cit.) que, “do ponto de vista da antropologia física, constituem uma síntese dos povos angolanos” (p. 39) sem lhes identificar traços nítidos e distintivos. Imbuídos numa tradição com expectativas políticas divergentes, delimitados no mesmo espaço etnogeográfico, tornaram-se nações autónomas das catervas espontâneas de desertores (Cadornega, 1940), evangelistas, escravos escapados e libertos, aventureiros, garimpeiros, caçadores, refugiados, desavindos e dissidentes das cisões sociopolíticas matrilineares e do desenvolvimento das forças produtivas tributárias periféricas, cujo processo migracional em espiral e não linear, prolongado e assistemático incentivara o êxodo periférico ao centro que, sob alianças instituíram Estados estáveis e prósperos.

A (i) explosão demográfica periférica consubstanciada em alta natalidade (Coelho, 1966), 6-7 membros por núcleo familiar média e baixa mortalidade, (ii) as excelentes condições geoclimáticas caracterizadas por altitudes médias entre 1800m a 2650m do nível do mar: Mbave, 2060m; Kasolo, 2225m; Holokoko, 2350m; Ndembe, 2410m; Kapanga 2520m; Luvili 2610m; Moko, 2620m, altas precipitações em clima temperado e seco, 17.3^o a 26.3^o em média anual e a humidade do ar entre 56% a 76%, (iii) com quatro meses de cacimbopor ano (Maio, Junho, Julho, Agosto); (iv) a abundância de caça e pastorícia, (v) fertilidade dos solos com jazidas metalúrgicas de fácil alcance, (vi) promissores mercados de consumo das manufacturas e pacotilha vária e de exportação negra, borracha, marfim, etc., tornaram o planalto central em aprazível área de acolhimento e assentamento de distintas raças e culturas do processo migracional pós-Shabá.

A extensão limitada em (Ervedosa, 1980) “espaço sub-rectangular a meio da metade oeste de Angola, subindo a beira-mar para as terras altas” (p. 53), acabou sendo a região com todas as condições procuradas pela pessoa humana desde então. De capital rede hidrográfica com os rios de maior referência (Kwanza, Longa, Keve, Kubangu, Kwandu, Kwebe, Kwitu, Kutatu, Kasay, Kwatili, Kwembo, Mbalombo), excedentes de tubérculos, cereais e frutas, corresponde administrativamente (Redinha, 1975) com o interior de Benguela (vacisanji, vaciyaka, vahanya), o Huambo (vambalundu, vanganlangi, vasambu, vawambu), parte do Kwanza-sul (vambwi, vasele, vapinda), norte do Namibe (vahanya) e da Huíla (vangalangui, vakakonda, vakalu-

kembe, vacikomba, vacipindu), norte, leste e centro-este do Bié (vaviye, vandulu), com visível predominância no Uíge, Bengo, Kwanza-norte, Moxico, Namibe, Kwando Kubango, Kunene, Luanda, Malanje e Lundas.

Não foi por acaso que Norton de Matos (1912/1915 – 1921/1924) havia tornado do Huambo (Wambu) a «Nova Lisboa», capital da colónia de Angola e a FAO convencionara chamar de “planalto central” resultado dos estudos do sistema de classificação dos solos feitos pelo projecto de Extensão Rural (1969/1974), encetado por organismos que prosseguiram com o fomento de cereais como a Junta de Exportação de Cereais, posterior Instituto dos Cereais de Angola, distribuídos na configuração da Angola actual (Lima, 1964 & Redinha, 1970). Ainda sim, o regime colonial repovoou investindo sobre a região o que não fez no resto de Angola tanto em infra-estruturas como na pessoa humana.

O contexto ora descrito, determinou a elaboração peculiar do modus vivendi, definiu as condições socioeconómicas e contribuiu para a transição das chefaturas imigrantes para a diversidade da auto-organização político-administrativa endógena. Sob guarda natural (Arjago, 1999) do processo migracional ao planalto central os aderentes à constituição das entidades sociopolíticas, transitaram de meros sacerdotes, exímios caçadores-guerreiros de especialidade a «olosekulu», personagens similares aos “pateres familiae”. A designação «pl. osekulu», se atribui ao mais-velho do sistema de parentesco multifuncional, «ukulu wendamba “autoridade”» o patriarca portador do «usoma “poder”» delegado em ascensão a «osoma “o soba”». «Sekulu», vocábulo derivado da aglutinação de pai (isê) + mais-velho (ukulu), “pai mais-velho” passou a «sè+kùlú “sekulu”» enquanto marido de mãe (inâ) + mais-velha (ukulu), “mãe mais-velha” evoluiu à «inâ+kùlú “inakulu”». A capacidade de se impor para tornar-se «sekulu» e atrair para si seguidores, residiu nos feitos coercivos, perícia, eloquência, na razão do exercício discursivo (Arjago, 2002) e, enquanto líder familiar aceite, reconhecido pela comunidade segundo a constituição da aliança estabelecida por ele em nome dos viventes que o autorizavam ao pacto de sangue com os ancestrais (Altuna, 1993). Abrimos parêntesis recordando que a «epata “sistema de parentesco multifuncional mbundu”» pode congrega cerca de 1500 membros uterinos.

Para atingir a categoria de «soma “soba”», detentor absolutista de poderes, ao «sekulu, ukulu wendamba» autorizado sob consenso das comunidades vivas e não-vivas, a atear e ministrar o fogo perpétuo do njango, se exigia a exibição de poderes de referência, relações, influência, persuasão, recompensa (Arjago, 1999). Justificava-se assim pois sendo uterino o «soma “soba”» (Neto, s/d) primava pela aristocracia. O seu titular era em simultâneo político, militar, sacerdote mágico-religioso convicto, jurista, gestor de

herança enquanto património comum, as terras e demais interesses públicos, administrador e monopolista do saber das tradições e história constituído em singularidade reconhecida pelos súditos e vassallos.

Dos meros rumores de cacimbo, o «olumbendo “aerofone”» despertava ao terceiro cântico do galo. Gritando «ondaka yendelele! “que passe a palavra”!», os seguidores precipitavam-se à parada: mancebos maioritariamente, famílias nucleares «vakota “adultos”», armados de clavas e catanassobre as cinturas, flechas e azagaias suspensas sobre as costas, em missão cujo destino só o «sekulu» saberá. Emlinha indiana, marchava lentamente o êxodo sem dimensão temporal: - dias, semanas, meses ou escassas horas. Atravessava os rios e sítios perigosos, galgava as montanhas, rompia as anharas, savanas e florestas. Ao minúsculo empecilho a caravana parava aos sons de assobios dos «vakwavisoko» que prospeccionavam tudo que aos olhos e ouvidos lhes estranhasse; algum mal-estar entre os membros, as rochas, escavações, cavernas, grutas, túneis, buracos, os seres vivos de vária ordem, as fontes de ribeirinhas e a ferrugem depositada nos seus leitos, o posicionamento, colorido e a direcção das nuvens, as estrelas, o hálito e as correntes de ar expirado, as peugadas, os rastros e excrementos dispersos, os sobejos de ramagem, as plantas, os tubérculos e frutos devorados. Mas era a fumaça, as rotas e o som que ajudavam a identificar os vestígios humanos pois, até encontrar o espaço procurado junto de uma boa nascente e ordenar o repouso, a caravana enriquecia-se com as novas aderências e captura de escravos patriarcais.

Ao local escolhido inspeccionava-se amiúde. Havendo interesse nele, passava a chamar-se «itula “pousada”», do verbo «okutula “pousar, chegar, terminar”». Partindo de princípio da inexistência de terras baldias, em pleno silêncio o «sekulu» estabelecia o primeiro contacto com os ancestrais através de preces ritualísticas antes de acomodação definitiva, solicitando autorização à ocupação e garantia de segurança tornando o lugar habitável. O galo-detonador unicolor (preto, branco ou vermelho) e de grande porte, era preso nas patas com «elembwi», folhas de uma planta herbácea das famílias das compostas, muito empregue no exercício medicinal e mágico-religioso. Violentamente eralanchado ao chão a 15m a 25m de distância. Os seguidores ansiosos aguardavam em silêncio enquanto a ave bramava. O primeiro predador às espreitas sob convite dos brados, era abatido e declarado inóspito o lugar. O incidente reportava a rejeição dos ancestrais descomprometidos com esta ocupação. Recolhida a ave, a marcha prosseguia.

A tranquilidade advinda do galo, sem predadores à espreita, autorizava o «sekulu», a assenhorear-se da «itula» e ascender a «soma», categoria mais política que aquela com a qual autoriza os «vakwavisoko» a erguer o «onjango “o jango”», corruptela de

«onjo yo hango», designando o auditório, a sala de conferências. «Onjango y’elombe» era o primeiro edifício erguido para a tomada de decisões. Uma estaca de «elembwi», com folhas de «upu» presas numa extremidade depois de espetada no chão, passava a servir de protector das intenções dos maus espíritos. Para que a privatização do local se consumasse o poder instituído fosse eficaz, o agora soba plantava a «ulemba, mulemba, “ficus”» (Aço, 1992), parte dos símbolos do perfil do poder tradicional endógeno. Rumores tradicionais advogam ter havido sacrifício de escravos no ritual da plantação. Ausente, substitui-na por «onjilasonde», planta selvagem cuja fitonímia deriva da justaposição - «onjila “o caminho” y’osonde “de sangue”», por conter a seiva vermelha, carecendo de explicações relevantes no contexto em que se aplicava.

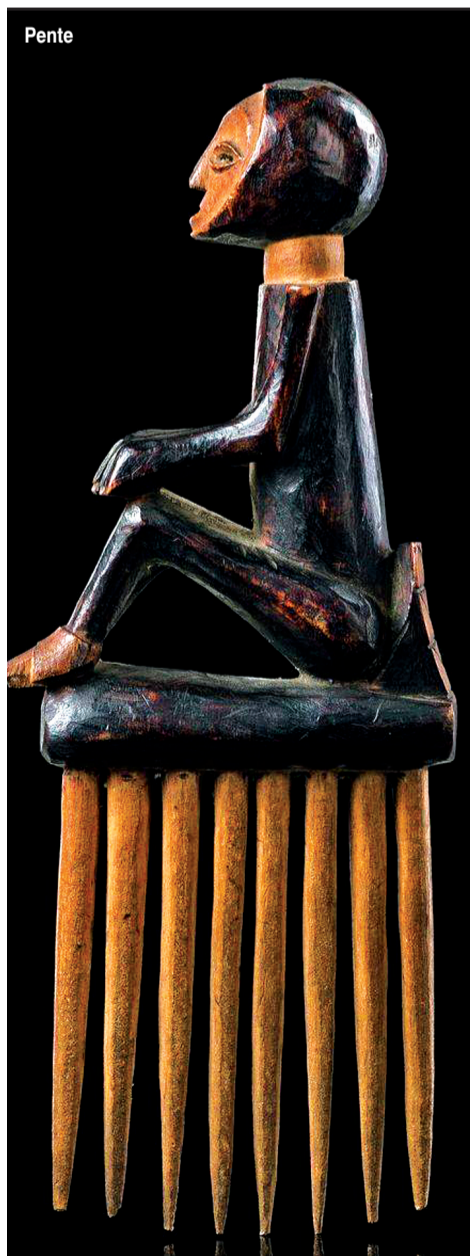
Os «vakwavisoko», instituição de espontânea solidariedade, organizavam-se em grupos de corte de palha, paus-a-pique, carregamento e construção do «onjango y’elombe “sala do poder palaciano”» com três passagens onde era aceso o fogo perpétuo. Um outro edifício erguia-se ao lado, era «elombe “o palácio”». O local ocupado tornava-se «ombala “a embala”, “o capital”». Um pouco além erguem-se «olosinge “os barracões”» que constituíam o núcleo do «ocilombo “o acampamento”», conjunto de «olosongo “aldeias”». Os habitantes dos «ocilombo» chamavam-se «ovilombola», «pl. ocilombola “o cidadão”», título dado aos iniciados do «ekwenje», escola masculina de cidadania, moradores das cidadelas de casebre com

estruturas castrenses. Os «olosinge» distanciados e aglomerados em espaços chamados «osongo “o bairro, a senzala” «pl. olosongo», células povoadas dos «vakwavisoko» (Arjago, 2002), de vários «ovisoko» ou «vakwacisoko» do único acampamento, bastando a prefixação de «vakwa “os de”» no «ocisoko» de «asoko “paus-a-pique”» singular de «esoko», «usoko». «Ovisoko, ocisoko» deu nome à instituição solidária de pendor sociopolítica de uma geração da mesma «evamba “rito de puberdade masculina”» (Arjago, 2002), relativo ao «ekwenje» (Altuna, 1993), unida pelo mesmo totem (Freud, 1950).

Servindo de instrumento inclusivo e de controlo jurisdicional, aceso o fogo perpétuo (Arjago, 2002) distribuía-se o «onjango y’elombe» do «osoma y’olosoma “soberano (rei)”» aos mais próximos colaboradores, sob princípio da palavra de ordem «yendelele! “que siga!”» até às cozinhas domésticas. Os primeiros beneficiários ascendem ao título político de «olosoma vinnene “os sobas seniores”», «sg. osoma inene “o soba grande”» (Cuehela, 1996) categorias relativas a Epalanga (1º vice-rei, primeiro-ministro), Kalufele (2º vice-rei, chefe de Estado-maior) e Kapitango (3º vice-rei, conselheiro-mor) que ao seu nível faziam-no chegar através de «olosoma “os sobas”» similares a ministros e governadores que por intermédio dos «osoma ymbo “os administradores» (David, 1997) e «olosekulu “pateres familiae”» o fogo chega aos «olonjango vy’apata “os jangos familiares”» demarcando assim a soberania

A responsabilidade do «soma y’olosoma» confinava-se entre a política, religião, justiça, economia, defesa, segurança e diplomacia. A matéria sociopolítica (Arjago, 1999), encabeçada por Kapitango, confinava-se num conselho dos «olosoma» com funções de Mwekalia (juiz presidente), Ukwahamba (ministro da comunicação social), Kapitya (intérprete real) (id.: ibid.). O conselho para questões religiosas e ancestralidade (Tokarev, s/d & Santos, 1969) constituía-se por Ndolohuku (sacerdote-mor), Ekwato (chefe dos serviços de inteligência “mítica”) e Cilala (sacerdote dos akokoto). No seu conjunto encarregavam-se pelas celebrações, sacrifícios, cultos (Freud, 1950), gestão de campos sagrados (Eliade, 1992) e funerais reais (Arjago, 1999).

Em questões legislativas (Neto, 2001) o soberano empossava Mwentunda (presidente da assembleia), Cilonga-feka (conselheiro da corte) e Ndaka-ya-soma (porta-voz) que velam pela justiça e «ekanga» (David, 1997), singular de «akanga “os tribunais, os julgamentos”» (Arjago, 2002). Quanto aos aspectos socioeconómicos a comissão dos «olosoma» subentende as funções de Mbetatela (chefe da exploração metalúrgica e património público), Ndalaha (ministro da economia), Kaley (chefe do protocolo e relações públicas), Ukwasapy (chefe do património real) e Epako (ministro das finanças) enquanto administra-



dores de impostos, tributos, taxas, contribuições, multas, gestão de produção e produtividade. O conselho dedicado à defesa (Arjago, 2002), segurança (Martinez, 2007) e guerra (Pélissier, 1997) comportava os títulos militares, guarda e guarnição como Kesongo (embaixador), Kalufele (ministro da defesa), Kawayá (chefe da casa militar), Katalayu (chefe da guarda real), Katombela, (ministro do interior e ordem pública) Kapoko (investigador forense) e ministrava os «ovilombo» e a «evamba», instituições relativas ao «ekwenje».

O aparelho do poder da autoridade tradicional endógena umbundu foi pesado, complexo e exigente, a contar pela quantidade de figurinos nele envolvidos, enquanto auxiliares e servidores do titular da soberania pois, por detrás das suas decisões escondia-se larga inteligência. Explodindo a demografia seguida pela veloz difusão linguística (Niane, 2010) “sucedeu a expansão e difusão das técnicas artesanais e do comércio, a sociedade organizou-se em linhagens patrilineares” (p. 4) e a estrutura central da organização político-administrativa aumentou de extensão (Arjago, 1999). Os núcleos familiares fortaleceram-se evoluindo para «ofeka “o país”», repartido em «atumbu», «sg. etumbu», regiões autónomas organizadas em «ovambo», «sg. ymbo», subentendendo o conjunto de «olosongo», núcleos povoados uterinos, necessitando de manter a ordem política como garante o autor citado.

Neste contexto, empossaram-se instituições consultivas (Arjago, 2002:30-31): (i) «ovinduli», - em al-

guns casos confundidos com os «vakavandume». Ambos espaços funcionavam como conselho da república e só renuíam em situações críticas, - estiagens, cheias, inundações, epidemias, guerras; (ii) vakwelombe, - conselho ambíguo conformando a interpretação na relação entre os detentores do poder e as instituições de parentesco multifuncional (Radcliffe-Brown, & Forde, 1950). Além da «inakulu “rainha”» e as «olonasoma “primeiras-damas”» plural de «nasoma» incluíam-se os filhos biológicos das irmãs deles; (iii) «ohongele», - «pl. olohongele», relativo a assembleia «ohongele y’olosoma “o colégio dos sobas”». Instituição sem relevância política por ser apropriado pelos cristãos. Desde então falando dela ocorre a ideia de tratar-se de encontros magnos das igrejas.

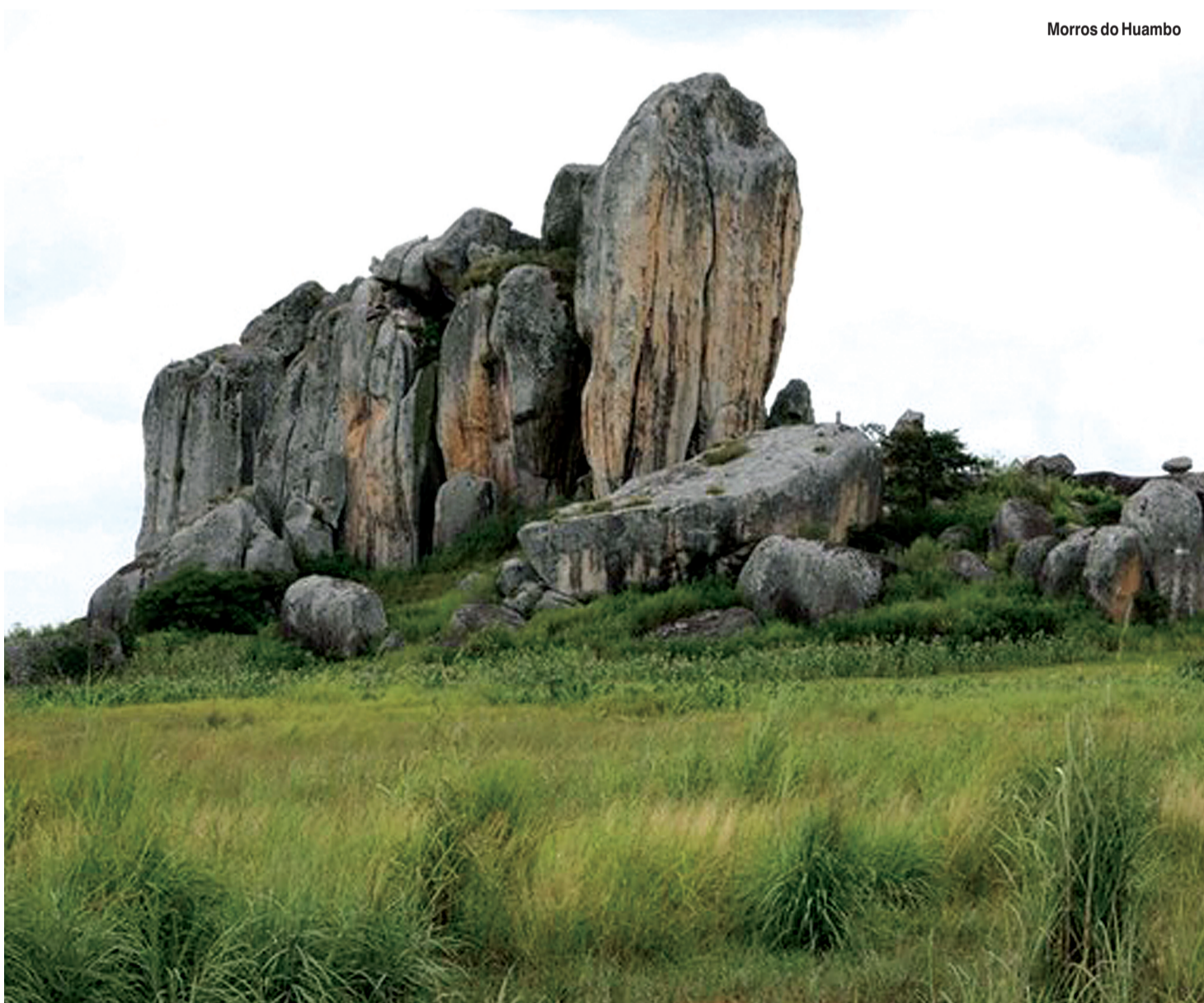
Ateado fogo em cerimónia do «onjango y’elombe», os «vakwavisoko» outorgavam o título de «cikukulu» ao patriarca (Arjago, 2002:29) permitindo ascensão cumulativa a «soma y’akokoto» (Gomes, 2016), instituição transcendental de que falaremos à parte. Por inércia aqueles ascendiam a «vawwelisoko “donos de ovisoko”», «sg. mweliso» (David, 1997). Entretanto, a estrutura, composição e as funções dos conselhos descritos variaram em qualidade e quantidade de realidade histórica a outra, mas no seu todo era o que chamou-se de «vakwelombe “governantes, palacianos”, “corte”». No conjunto deste embaraço, caçadores-guerreiros bantu sedentarizaram-se adoptando o mais importante dos valores do outro. Especializaram-se em agro-pecuária da agricultura kimbundu e da pecuária nkhumbi, nyaneka,

helelo, kwamatuy. Aperfeiçoaram as sociedades secretas e instituições mágico-religiosas ngangela, lwimbi e cokwe. Tornaram as guerras de kwatakwata, saques e razias em compromissos económicos à semelhança do fomento do mercado sertanejo internacional paralelo à evangelização cristã. Ocidentalizaram-se cruzando as elites: (i) fomentaram a conveniente mestiçagem racial; (ii) dos mercadores e monarquias emergiu a burguesia rural que (iii) cruzou com os cristãos e (iv) resultou a classe nacionalista responsável dos movimentos sociopolíticos actuais. Embatendo-se contra a penetração, ocupação e exploração coloniais, atravessaram de canoas pela Mavinga submetendo os batonga (Zâmbia) e em homenagem a localidade se conhece por Mungo de onde saiu a estaca da «ulemba» ali reproduzida.

Quanto à estatística dos “povo de muitos povos”, pouco se diz por escocês de detalhes, mas o censo de 1960 (Coelho, 1966) estabeleceu 34,5% da população angolana e justificam o argumento de Cardoso (1964) quanto aos 35% da presença umbundu na composição mbali do Namibedo final do séc. XIX. É mensurável a quantidade de falantes de umbundu espalhada em toda Angola e arrabalde; Congo Democrático, Zâmbia, Namíbia, África do Sul, ocupando-se de tudo, denunciando haver envergadura integracional de que em tempos pré-coloniais apelidaram de «ovimbundu»; em época colonial de «vanano “os planálticos”» no sul; os «bailundos» no norte; «mukakwiza “viandantes”» no leste. Os colonos os classificaram de civilização (Duarte, 1975:80) “adap-

tativo-adaptável”. Os epítetos seguem o percurso da história moderna; são sultanos ou benguelenses porque não medem esforços, consequências nem distâncias para se adaptarem por constituírem (Redinha, 1975) “uma síntese dos povos angolanos” (p. 39). Hoje, a velocidade expansionista do umbundu compara-se com a de gota de óleo sobre a madeira. Aumenta de extensão em curtíssimos trechos de tempo sem dar-se por ela obrigando a vizinhança a resistir como biglota. Um estudo em ciências sociais e políticas (Coelho, 1966), propunha o reordenamento do povoamento colonial em Angola com base na expansão umbundu. Os tugos acreditavam na possibilidade de onerar menos o povoamento colonial substituindo os projectos cabo-verdianos, particularmente em zonas de teatros de operações militares, bastando água, enxada e bíblia para assenhorearem os ovimbundu. Remata Henderson (1990) que tais civilizações “estabeleceram-se a sul do rio Cuanza (sic), no planalto central, dispersando-se pelos distritos (sic) mais populosos de Angola: Huambo, Benguela e Bié” (pp. 22-23) de que “foram-se espalhando por todos os outros distritos (sic); e, assim, este grupo, que era o mais homogéneo de todos, era também, paradoxalmente, o mais abrangente de todos os grupos linguísticos” (Íd.:ibid.). Até à queda de Mutu ya Kevela (1902), organizaram-se em um pouco mais de 20 soberanias entre países autónomos; Mbalundu, Ekovongo (viye), Ciyaka, Wambu, Ndulu e Ngalangisendo os mais poderosos que determinaram a configuração geo-etnolinguística e deles ramificaram-se os satélites como Kakonda, Sambu, Civanda, Cikomba, Cytata, Ekeketete, Kalukembe, Civula, Cikuma, Mbongo, Elende, Nganda e inúmeros vassallos entre Lumbo, Sele, Sumbe, Mbwi, Mpinda.

Foram os missionários congregacionais norte-americanos que fundando o centro académico do Dôndi (1914-1916), reestruturaram o umbundu actual através do colégio de alunos e evangelistas intérpretes com três representantes de cada subvariante que reorientou a composição uniforme da variante representativa para a evangelização, tornando homogéneo o universo sociocultural umbundu, mas ficaram de fora as subvariantes «hanya» e «mbokoyo» por escaparem inoportunamente desta influência. Reclamando a titularidade civilizacional umbundu, os vahanya confinados no triângulo Cubal, Caimbambo e Chongoroi e os vambokoyo, distribuídos no triângulo Lobito, Sumbe e Bocóio, distinguem-se facilmente por conservarem consideráveis “tiques” característicos o que distancia o planalto de Benguela do planalto central e terá confundido os etnógrafos de referência como Redinha (1970), Lima (1964), Ervedosa (1980) ao ponto de considerar os vandombe do subgrupo helelo (Carvalho, 1997) como parte da civilização umbundu por se localizarem na mesma área sociocultural.



Morros do Huambo

África e a normalização ortográfica da língua portuguesa



BENTO SITEO(*)

“**H**á resistências de algumas pessoas, e não são muitas, que têm uma relação emocional, clássica, física e sensorial com a Língua. Mas ninguém será abatido, preso ou punido se não aderir às novas normas. O Acordo é uma simplificação da Língua.”

(Ministro da Cultura, de Portugal, José Ribeiro, no Jornal Expresso de 19/08/2008 - destaque nosso)

O objectivo da minha intervenção é trazer à reflexão aspectos candentes relacionados com a necessidade de harmonizarmos a escrita do Português, na sua dimensão transnacional.

Como membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), temos em mãos a discussão do Acordo Ortográfico de 1990 (AO90) que tem suscitado debates acesos sobre a problemática da relação nem sempre pacífica e isenta de ambiguidades entre a variedade europeia do Português e as variedades emergentes nas antigas colónias de Portugal, bem como as línguas nativas destes países. E as questões que amiúde se colocam: Que estratégias de harmonização devem ser adoptadas para que as realidades peculiares dos países africanos estejam nele reflectidas? Quais seriam as implicações sócio-psicológicas e culturais que seriam despoletadas pela sua implementação?

Estas questões têm como implicação imediata que o processo de implementação de qualquer acordo ortográfico deve ter em conta não só as realidades linguísticas tal como foram expostas pelo linguista, mas também a aplicação de tal sistema de escrita em conformidade com as realidades sócio-económicas bem como psico-culturais dos seus utentes.

Os PALOP e o Acordo Ortográfico

As antigas colónias da África subsaariana ainda estão ligadas ao antigo colonizador através de instituições como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). É neste contexto que surge o Acordo Ortográfico de 1990.

O que é embaraçoso neste Acordo

não é necessariamente o que lá está dito, mas sim o que ficou por ser dito: o papel e o lugar das especificidades de cada país membro; de cada língua autótone das ex-colónias em relação ao Português europeu.

A necessidade de uma escrita coerente e consistente é uma das principais razões por trás das reformas ortográficas, sendo as outras de ordem didáctico-pedagógica. Mas não raras vezes se sobrepõe as razões de ordem política.

Será que é correcto escrever-se Cuanza-Norte, Cuanza-Sul ou Cuando-Cubango, em vez de Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e Kwandu-Kubangu?

A seguinte regra é geralmente usada para estes casos: Em nomes próprios (de pessoas, lugares e instituições) respeita-se a grafia da língua de origem. São as formas não adaptadas (como se preconiza nos Vocabulários Ortográficos Nacionais), que em nomes comuns têm uso alternado com as formas adaptadas à língua de chegada: *maka* ‘discussão acesa’, *kota* ‘pessoa idosa e respeitável’, *nkaringana* ‘conto’ (formas não adaptadas que são grafadas em itálico) versus *maca*, *cota*, *caringana*.

As línguas da África Subsaariana têm sido representadas por uma multitude de ortografias baseadas em díspares sistemas ortográficos ocidentais. Para que os países africanos discutam questões de ortografia com o Ocidente, devem trabalhar no estabelecimento e consolidação da ortografias das suas línguas nativas. Instituições como o Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS), têm envidado esforços no sentido de unificar as ortografias destas línguas em África.

Um sistema de escrita regionalmente harmonizado resiste melhor à corrosão pelos sistemas exógenos. Não há melhor força para exorcizar os fantasmas do AO do que o estabelecimento, a promoção e divulgação de sistemas ortográficos regionalmente harmonizados das nossas línguas!

Assim, “a singularização da pluralidade pela criação de um alfabeto comum, por exemplo, pode assumir um significado positivo ao apagar as fronteiras linguísticas e étnicas impostas pelo enquadramento colonial, favorecendo o multilinguismo e o convívio plural sem ter que legitimar divisões, estratificações e hierarquizações.” (Severo 2014, p. 27)

Uma escrita uniformizada destas línguas traz as suas vantagens. Para além de favorecer uma comunicação inter-étnica na região, aproximando-nos uns aos outros, reforça o sentido de pertença a um grupo maior, de lealdade e de identidade que podem desembocar na promoção e consubstan-

ciação do conceito da Renascença Africana. Aí sim; discutiremos o AO90 em pé de igualdade!

Ortografia em Português de formas oriundas das línguas bantu

O estabelecimento de ortografias sólidas das línguas africanas é meio caminho andando em direcção ao estabelecimento de Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON) que visam alimentar o Vocabulário Ortográfico Comum (VOC).

Se houver respeito pelos VON, a equipa central do VOC irá dispor de material suficiente e de peso na tomada de decisões isentas, conducentes à implementação não conflituosa do AO90. Aí, este acordo não irá impedir a circulação do léxico e dos falares peculiares de cada país que, ao fim e ao cabo, só estarão a enriquecer o Português na sua dimensão transnacional.

Muitas das palavras a registar nos VON são empréstimos vindos das línguas africanas.

Para isso, devemos respeitá-los seguintes princípios:

- Reconhecer e respeitar o princípio de que os empréstimos lexicais do Português de Angola fazem parte do acervo lexical desta variante e devem ser nela integrados.
- Sempre que possível padronizar-se o uso, aproximando a escrita da fala.
- Ter em conta que no sistema ortográfico do Português nem sempre há correspondência biunívoca entre os sons e os grafemas. Sendo assim, nos casos em que se tem um som da língua de origem para o qual o Português oferece vários grafemas, é preciso decidir qual deles usar.
- Para o caso de sons sem correspondência no sistema fonético do Português, como, por exemplo, os grupos consonânticos *pf*, *bv*, *ndr*, devem

criar-se formas de escrita que não interfiram profundamente no sistema ortográfico do Português.

A terminar

Deve obedecer-se a um princípio basililar na acomodação de empréstimos: a aplicação consistente das regras gerais da ortografia e da fonologia da língua de chegada, o Português, no caso vertente, salvo raras excepções, devidamente justificadas.

Por outro lado, deve reconhecer-se a importância dos Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON) na construção de estratégias comuns da ortografia a adoptar no Vocabulário Ortográfico Comum (VOC), garantia para a discussão do AO90 em pé de igualdade.

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa são iguais, mas há países nitidamente mais iguais que os outros! A recuperação da dignidade das línguas indígenas dos países africanos irá permitir o desenvolvimento endógeno de África e permitir-lhes-á entrarem no diálogo com o outro em pé de igualdade. Este movimento irá viabilizar o reconhecimento oficial das nossas línguas, devolvendo voz aos seus falantes.

Termino, com um forte *kandandu* endereçado aos colegas da Academia Angolana de Letras, que estão a discutir a séria questão da forma como escrever em Português os empréstimos das línguas nacionais.

NOTA

(*) **Bento Siteo** é linguista, Professor na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Membro fundador da Academia de Ciências de Moçambique e da Associação de Escritores Moçambicanos. Dentre outros, é autor do “Dicionário Changana-Português” e do “Dicionário Português-Changana”.



TUDO O QUE É FEITO EM ANGOLA, À DISTÂNCIA DE UM CLIQUE.

PORTAL DE DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL



Se é um produtor nacional, este portal é para si.
Inscreva-se em www.ppn.co.ao e divulgue os seus produtos.
Baixe em qualquer loja online o aplicativo "Feito em Angola".

O portal e o aplicativo Feito em Angola, são uma iniciativa
da Comissão Multisectorial de Implementação do PRODESI
para aumentar a competitividade da produção nacional
e acelerar a substituição das importações.

Linha de apoio: +244 222 003 608

E-mail: feito.angola@mep.gov.ao



Arte angolana na vitrina mundial

ANALTINO SANTOS

Tendo em conta a presença de NdakaYoWiñi que actuou a 30 de Março no Festival de Jazz de Cape Town e a presença no início deste mês de Miguel Hurst na mais recente edição do Fespaco no Burkina-Faso, duas perguntas se impõem: onde encontrar a arte e os artistas angolanas, fora do nosso espaço territorial?

A arte e os seus intervenientes podem ser um bom veículo para dar a conhecer um país, infelizmente é pouco ou insignificante o que se tem feito em An-

gola, quer pelas autoridades governamentais, quer pelos agentes e promotores culturais. A resposta positiva do governo angolano, para realização em Setembro da Bienal da Cultura da Paz uma iniciativa da UNESCO e a nota negativa para a participação na 58.ª edição da Exposição Internacional de Arte Bienal de Veneza, que estava a ser coordenada pelo artista plástico Hildebrando Melo podem ajudar a compreender como as nossas autoridades e artistas pretendem levar de facto aos palcos e vitrinas internacionais as nossas manifestações artístico-culturais.



Miguel Hurst

É notória a ausência de intervenientes angolanos nas grandes mostras da música e o mesmo acontece com outras manifestações artístico-culturais, como é o caso do cinema. Sobre esta modalidade artística, Angola chegou a acolher um evento que teve um início retumbante, o FIC-Festival Internacional de Cinema. Ao longo das primeiras edições, o FIC conseguiu atrair não apenas alguns dos mais respeitados cineastas africanos e internacionais, mas permitiu que os intervenientes angolanos estabelecessem parcerias.

Ainda na senda da internacionalização, o artista quer estar na rota do cinema africano e tem presença no Walay, em Barcelona, no Muica, Colômbia e São Paulo, nestes dois últimos com o livro e a exposição Angola-Cinemas. Sem dúvida que, em África, o principal evento dedicado à sétima arte acontece em Ouagadougou e a presença angolana, quer de forma oficial quer por iniciativas dos cineastas, é residual. Para a presente edição, Miguel Hurst foi o embaixador da sétima arte angolana e contou com o apoio do Goethe Institute que, em edições anteriores, levou Tchiloia Lara da Geração 80 e Jorge Palma.

O Fespaco que teve a sua primeira edição em 1969 e vai na sua vigésima sexta edição. Actualmente é bienal, está a decorrer de 23 de Fevereiro a 2 de Março, teve na programação oficial vinte filmes a concorrer, dentre os quais Mabata Bata, do moçambicano João Luís de Carvalho, a única produção dos falantes da língua portuguesa, onde encontramos representantes do África do Sul, Argélia, Camarões, Cote d'Ivoire, BurkinaFaso, Egipto, Nigéria, Quênia, Gana, Mali, Marrocos,

Ruanda, Sudão e Tanzânia.

Dias depois do regresso da considerada principal mostra de cinema africano que desde 1969 é realizado na capital do antigo Alto Volta, Ouagadougou, o actor, director e produtor de cinema e teatro que vai no âmbito do projecto MovingAfrica do Goethe Institut, afirmou que aproveitou a segunda presença no Festival, para fazer intercâmbio e dar a conhecer as últimas produções nacionais.

O também idealizador do projecto TelÁfrica- sessão de cinema africano, exibido no último trimestre do ano passado no Cefojor, negociou com os produtores dos vinte filmes oficiais a serem exibidos e não só, a cederem os direitos para a sua divulgação em Angola, no arranque do TelÁfrica e outras possíveis mostras de cinema africano intra-muros. Pretende transformar o TelÁfrica num Festival de Cinema Africano, na região austral, tendo como parceiros alguns cineastas moçambicanos.

Miguel Hurst reconheceu a fraca presença angolana nestes fóruns, que podem ser bem aproveitados para divulgar, não apenas o cinema, mas vender a imagem do país, dando como exemplo Hollywood, Nollivood, Bollivood, dentre outras onde a indústria cinematográfica faz muito bem este trabalho. Com tristeza, falou do fraco apoio institucional que é dado ao cinema e da presença de filmes angolanos.

De acordo com o nosso interveniente, em África existem outros importantes festivais de cinema. Tunísia, Marrocos, África do Sul, Nigéria, Quênia são alguns países que citou, afirmando que são autênticos lugares para redes de contactos e de diplomacia cultural, questionando o que fazem os adidos culturais.



NdakaYoWiñi

O jovem NdakaYoWiñi começa em grande, ao receber o convite oficial para participar num dos mais prestigiados eventos musicais do mundo, o Cape Town International Jazz Festival. Paulo Flores e Gabriel Tchiema são outras vozes angolanas que participaram nesta grande mostra.

Tudo começou a ser projectado quando, no passado, o artista esteve em Cape Town na edição anterior do evento e fez alguns contactos preliminares. Posteriormente em Agosto lançou o seu álbum de estreia "Olulwembo" que, por via de António Cristóvão, o responsável do saudoso Luanda International Jazz Festival, chegou à organização.

Antes da sua passagem por Cape Town, Ndaka participaria na cidade de Abdijan, Cote d'Ivoire, no AUB Safari Show, ao lado de 15 artistas africanos. O evento, uma iniciativa da URTNA- organização das rádios e televisões africanas, está em stand by.

A presença do autor de "Olukwembo" na cidade do Jazz sul-africano e num evento onde ao longo dos seus 20 anos as principais estrelas da música mundial têm actuado e que também serve para a passagem por outros palcos e trampolim para uma carreira internacional é reconhecida pelo jovem como o coroar do que apostou para a sua carreira.

Importa salientar que nesta edição destacam-se Richard Bona, Soweto Gospel Choir, ChakaChaka, Eliane Dias, dentre meia centena de alternativas que nos dias 29 e 30 de Março actuaram no Centro de Convenções da Cidade do Cabo e em outros espaços. Oliver Mtukuzi, a estrela zimbabwena que em 2011 e participou no Luanda International Jazz Festival, foi o grande ausente, embora constasse no alinhamento para o evento para partilhar o palco com Vusi Mashelela. Morreu em Janeiro deste ano.

O exemplo Ruandês

Quem acompanha a política africana sabe do protagonismo que esta nação tem conquistado no cenário internacional. Em 2018, Paul Kagame foi eleito Presidente da União Africana e é curioso que dois dos principais troféus atribuídos à arte africana foram concedidos a cidadãos deste país.

Na música o jovem cantor Buravan venceu o Prémio Découvertes RFI. O cantor que está em digressão pelo continente, actuou no dia 23 em Luanda, depois das passagens por Bamako, Cotonou, Nyamey, Brazzaville, Malabo, Djibouti, Antananarivo, Libreville, e São Tomé. Tem ainda uma apresentação em Paris e o seu grande concerto em Kigali, no estádio que consagrou Angola para o Mundial de 2006.

Na 26ª edição do Fespaco, um outro jovem ruandês, o realizador Joel Karekezi, foi o grande vencedor, conquistando o Cavalo de Ouro de Yennenga, o principal troféu do certame. *The Mercy of The Jungle* foi o filme que convenceu o corpo de jurados da edição, que tem uma prova de diplomacia cultural. O Festival homenageou o Ruanda e contou com a presença de Paul Kagame e outros líderes africanos.

The Mercy of The Jungle (A Misericórdia da Selva) tem uma mensagem simples: aos 33 anos, Joel Karekezi faz parte de uma geração de cineastas ruandeses para quem o gatilho foi um gatilho para fazer filmes e tornou-se no primeiro ruandês a entrar no filme Olympus dos vencedores do Fespaco.

Quando Luanda teve visibilidade mundial

Durante quatro anos (2009 a 2012) Luanda esteve na rota de grandes nomes do Jazz e da música mundial. Os dois últimos dias de Julho e os primeiros de Agosto eram aguardados com expectativas depois da Riteik, de António Cristóvão, e da ESPAfrica, de Rashid Lombard, organizadores do festival de Capetown, brindarem na primeira edição com o histórico McCoy-Tyner, os Yellowjackets, Lira, Fleshyl-ground, Jimmy Dlundlu, Vanessa da Matta e outras stars internacionais que se juntaram a artistas nacionais. Nas edições seguintes, trouxeram George Benson, Chucho Valdes, Blick-Bassy, Lura, Diane Reeves, Lenine, Spyro Giro, Mayra Andrade, Moreira Chonguiça, Liqueedep, DeeDee Bridgewater, Jonatahn Butler, Isamel Lo, Rui Veloso, Manu Dibango, Sara Tavares, Marcus Miller, Abdullah Ibrahim e muitos mais.

Dos nacionais, Totó ST, Kizua Gourgel, Aline Frazão, Wyza, Waldemar Bastos, Conjunto Angola 70, Sandra Cordeiro, Banda Maravilha, Afrikannita, Simmons Mancine, João Oliveira, dentre outras vozes a que se juntam Gabriel Tchiema e Paulo Flores que foram levados para Capetown, no mesmo festival onde NdakaYoWiñi pisará.

António Cristóvão confidenciou que está à procura de parcerias para o relançamento do Luanda International Jazz Festival. Reconheceu que a actual situação socioeconómica do país é preocupante, mas também é tentadora para retomar o projecto. Afirmou que os quatro anos foram gratificantes e que está feliz porque surgiram outras iniciativas. Apesar de aparentemente afastado na produção de eventos e das lides artísticas, Toy Jazz Cristóvão continua a apoiar os artistas e a cultura nacional, como aconteceu com a proposta de NdakaYoWiñi que não foi só, visto que uma equipe do Luanda International Jazz Festival o acompanhou e levou propostas para a próxima edição.



Veneza não, Luanda sim, com a Cultura da Paz

Sempre no quesito da internacionalização das nossas manifestações artísticas e culturais, é sempre importante realçar outros dois eventos que estão na pauta dos agentes culturais: a não participação na Bienal de Artes de Veneza e a realização da Bienal da Cultura da Paz em Luanda.

No primeiro caso, a ausência na 58.ª edição da Exposição Internacional de Arte - Bienal de Veneza 2019, agendada para Maio a Novembro, em Itália, o Ministério da Cultura alegou "falta de condições e garantias" para a participação do evento bem como "razões de ordem conjuntural". O artista Hildebrando Melo esteve a preparar a presença nacional e manifestou-se escandalizado pela postura das autoridades. O país tem participado nas edições da Bienal de Veneza desde 2013, e conquistou o 'Leão de Ouro', pelo projecto 'Luanda, Cidade Enciclopédica', do artista Edson Chagas.

O segundo é a realização da Bienal de Luanda e do Fórum Panafricano da Cultura da Paz em África, na segunda quinzena de Setembro, segundo semestre do ano, uma parceria entre a Unesco e o governo angolano que disponibilizará mais de meio milhão de dólares. Alexandra Aparício é a res-

ponsável do certame que surge na sequência do acordo celebrado entre as autoridades angolanas e a Unesco a 18 de Dezembro de 2018 em Paris. De acordo com as comunicações, o debate contra corrupção é outro foco da Bienal de Luanda.

Faltando poucos meses para a realização da Bienal da Cultura da Paz, pouco ou nada se sabe. Os artistas e promotores estão fora de todo o processo e nem mesmo altos funcionários do Ministério da Cultura conseguem esclarecer o que se pretende com esta iniciativa, que o país acolhe num momento de graves problemas de liquidez económica.

Quando a mensuração do impacto das nossas manifestações artístico-culturais e dos nossos actores culturais e os ganhos para o país na rota in-

nais do livro, ajudam a entender o estado da nossa literatura no cenário mundial. Autores ligados a editoras mundiais vão cimentando o seu espaço. O facto de grande parte dos bons autores não levarem a literatura como prioridade facilita uma outra franja, que recorre ao marketing agressivo e passam ser a cara da literatura angolana.

Artes Plásticas

É uma das poucas onde alguns artistas têm conquistado visibilidade mundial. O elitismo e o favoritismo por parte do Ministério da Cultura, visto que muitos quadros seniores estão nesta área, têm prejudicado a classe.

Dança

Quase inexistente, também não capitaliza o boom da Kizomba e do Kuduro. Os egos dos protagonistas da dança nacional, e a falta de estratégia ajudam no estado de estagnação.

Quando a acção está com os estrangeiros

Um outro assunto que merece um olhar atento é a da legitimação e da promoção dos artistas nacionais pelas instituições e espaços estrangeiros, no país.

Miguel Hurst pretende transformar o TelÁfrica num Festival de Cinema Africano, na região austral, tendo como parceiros alguns cineastas moçambicanos.

ternacional com a realização da Bienal não é um assunto que os promotores garantem com propriedade, do mesmo modo que os eventuais participantes desconhecem as condições. Mas a unanimidade para os amantes da cultura e da arte angolana é que festivais realizados em Angola consigam fazer parte do circuito internacional e que a presença de artistas angolanos no exterior não fique apenas reduzida a concertos em salas direccionadas à comunidade angolana ou mesmo em concertos em Portugal

Música

Nem mesmo com a febre da Kizomba e Kuduro, os nossos músicos conseguem sair do eixo da Comunidade dos Países De Língua Portuguesa. Algumas parcerias e concertos fora deste eixo não têm continuidade.

Teatro

Os amantes desta arte são os que mais reclamam da falta de apoio institucional, mas curiosamente vão realizando alguns festivais internacionais, como o Festeca no Cazenga, do Elinga, Kilamba dentre outros. Alguns grupos têm feito intercâmbio internacional.

Literatura

A escassa tradução de obras e a ausência nas principais feiras internacio-





A emergência do Estado angolano e o seu reconhecimento internacional

Na sua última aula, ministrada no passado dia 27 de Março, no auditório Maria do Carmo Medina da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN), o Professor Fernando Oliveira abordou sucessivamente (i) a emergência do Estado angolano e o seu reconhecimento internacional; (ii) a questão do mercenarismo; (iii) o uso da força e o “Caso Naulila”; (iv) as agressões sul-africanas a Angola e, finalmente, (v) Angola e a codificação do Direito Internacional.

A partir desta edição, o jornal Cultura publica, em várias partes, essa “última aula”, através da qual Fernando Oliveira revisitou alguns temas em que Angola se cruzou com diferentes capítulos do Direito Internacional, tal como é ensinado nas Faculdades de Direito.

A emergência da Angola independente, sob a forma da República Popular de Angola, coloca a questão do reconhecimento internacional do novo Estado, pelos outros Estados e pela Comunidade Internacional, designadamente a ONU e a OUA. O reconhecimento de um novo sujeito de Direito Internacional é um capítulo clássico do Direito Internacional. Nele estabelece-se o conceito do reconhecimento internacional como sendo o acto pelo qual “um Estado, constatando a existência de certos factos

FERNANDO OLIVEIRA

(um novo Estado, um governo, uma situação, um tratado, etc.) declara ou admite implicitamente que os considera como elementos sobre os quais serão estabelecidas as suas relações jurídicas” (Basdevant, Dictionnaire de la Terminologie du Droit International – 1960, pg. 508). Conforme seja o objecto do reconhecimento no campo da personalidade jurídica internacional, distingue-se o reconhecimento (i) do novo Estado; (ii) do novo Governo; (iii) das Organizações In-

ternacionais; (iv) das Nações e (v) dos Beligerantes, Insurrectos e Movimentos de Libertação Nacional. Quanto ao sujeito do reconhecimento – quem reconhece –, ele pode ser individual, quando é feito apenas por um sujeito, maxime um Estado, ou colectivo, quando é assumido por um conjunto de Estados, quer em associação específica, quer no quadro de uma Organização Internacional. Já quanto à forma de que se reveste, o reconhecimento pode ser expresso, quando vertido numa declaração solene do Estado que reconhece, manifestando inequivocamente a sua vontade de reconhecer o novo sujeito, ou implícito, quando, sem haver uma manifestação expressa da vontade de reconhecer, resulta implicitamente de comportamentos de um Estado para com o sujeito reconhecido que permitem inferir aquela vontade. Como bem se compreende, a verificação de um reconhecimento implícito suscita problemas de prova, pelo que só uma apreciação casuística do comportamento em causa e do seu contexto permitirá a qualificação de que esse comportamento acarreta o reconhecimento. Porém, numa situação a doutrina é unânime: o es-

tabelecimento de relações diplomáticas com um Estado implica necessariamente o seu reconhecimento.

Questão teórica – mas com grande relevância prática – é a indagação sobre a natureza do reconhecimento. Aí, a doutrina divide-se entre a teoria constitutiva ou atributiva e a teoria declarativa. Para a primeira, o reconhecimento tem um efeito constitutivo, isto é, cria na esfera jurídica internacional uma situação nova. Assim, quanto ao Estado, o reconhecimento seria como que um quarto elemento constitutivo, a acrescentar à trilogia clássica da população, território e governo. Já para a teoria declarativa, o Estado é sujeito de Direito Internacional desde o momento do seu surgimento, independentemente de ser ou não reconhecido. Modernamente, é esta última teoria que recolhe o favor quase unânime da doutrina internacionalista, dado que é a mais consentânea com os princípios da autodeterminação dos povos e da igualdade soberana dos Estados. A mesma foi lapidarmente expressa na Carta de Bogotá, de 1948, constitutiva da Organização dos Estados Americanos: “A existência política do Estado é independente do seu reconhecimento pelos outros Estados”. Note-se, contudo, que se o Estado existe para o Direito Internacional antes do seu reconhecimento, a verdade é que só com este se criam para ele as bases jurídicas que possibilitam o livre e pleno desenvolvimento da sua capacidade de acção nas relações internacionais. Retenhamos que a natureza declarativa do reconhecimento pode ser estendida ao reconhecimento do novo Governo e das

Organizações Internacionais, mas já quanto às outras categorias de sujeitos – insurrectos, beligerantes, movimentos de libertação nacional –, a doutrina dominante tende a afirmar a natureza constitutiva do reconhecimento.

Debrucemo-nos agora sobre a modalidade, quicá a mais importante, o reconhecimento do novo Estado. Este surge em três tipos de situações: (i) fusão de dois ou mais Estados; (ii) desmembramento de Estados e (iii) ascensão à independência de um território até então não autónomo. Discute-se na doutrina se o reconhecimento do novo Estado é um acto livre e discricionário ou se, pelo contrário, é um acto vinculado, vale dizer, se existe um dever de reconhecer o Estado neófito, por parte dos outros Estados. Embora, de jure condendo, se possa preconizar a existência de tal dever, em homenagem aos princípios da autodeterminação dos povos e da igualdade soberana dos Estados, a verdade é que, na prática internacional, o reconhecimento permanece largamente uma faculdade livre e discricionária dos outros Estados.

Diferente do hipotético dever de reconhecer é a existência, em determinadas situações, de um dever de não reconhecer. Com efeito, se o processo de criação do novo Estado não está inteiramente concluído ou, apesar de concluído, foi feito em violação de normas e princípios do Direito Internacional, não deve ser reconhecido. Foi o caso da criação pelo Japão do Estado fantoche de Mandchouko, província chinesa da Manchúria, que foi objecto da chamada “Doutrina Stimson”, enunciada em 1931 pelo Secretário de Estado norte-americano. Igualmente traduziram injunções de não reconhecimento as tomadas de posição do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre os pseudo-Estados da Rodésia do Sul, do Katanga e do Biafra, dos bantustões da África do Sul, no tempo do apartheid, do regime ilegal de ocupação da Namíbia, dos territórios árabes ocupados por Israel e da pretendida anexação do Koweit pelo Iraque, durante a guerra do Golfo.

A questão do reconhecimento do Governo só se põe em relação ao Governo formado por via não constitucional, isto é, por uma revolução, golpe de Estado ou qualquer outra vicissitude anómala. Se o novo Governo surge através dos métodos constitucionais estabelecidos, não se coloca qualquer problema de reconhecimento: o reconhecimento de um Estado implica o reconhecimento da sua ordem constitucional, ao abrigo da qual os Governos se vão sucedendo.

O reconhecimento traduz a constatação e aceitação do novo poder como representativo do Estado: constata que a autoridade política que tomou o poder nessas circunstâncias representa validamente o Estado na esfera internacional, sem que essa constatação signifique qualquer juízo de valor sobre o acto que deu origem ao novo Governo. Quando um Estado nasce, o reconhecimento do Estado implica igualmente o do seu primeiro Governo. Neste caso, o reconhecimento do Estado e do Governo como que

se confundem.

À questão de saber quando e em que condições se deve reconhecer um novo Governo, respondem as duas principais doutrinas neste domínio: a doutrina da legitimidade, que defende que só devem ser reconhecidos os Governos legítimos, à luz de determinados valores, e a doutrina da efectividade, segundo a qual um Governo deve ser reconhecido desde que exerça efectivamente autoridade no território e esteja em condições de cumprir os seus compromissos internacionais. Esta é, a meu ver, a doutrina mais correcta, à luz dos princípios gerais do Direito Internacional, e a que é mais frequentemente aplicada na prática internacional. Trata-se, com efeito, de uma decorrência do princípio geral que atravessa todo o Direito Internacional, o princípio da efectividade, segundo o qual os factos criam situações legais.

Alguma particularidade assume a questão do reconhecimento do novo Estado e do novo Governo pelas ou no seio das Organizações Internacionais. Quanto ao novo Estado, o seu reconhecimento está implícito na sua admissão como membro da Organização. Já quanto ao novo Governo, a questão do seu reconhecimento acaba por se subsumir no mecanismo da verificação de poderes: no fundo, trata-se de aceitar ou não a qualidade de Governo do mandante que habilita as pessoas que, em sua representação, pretendem participar em determinado órgão da Organização.

Neste quadro teórico, como é que se insere o facto histórico do reconhecimento do novo Estado da Angola independente?

Como é sabido, o problema surgiu por força das circunstâncias anómalas em que o novo Estado nasceu, à data de 11 de Novembro de 1975. Por um lado, não houve uma transmissão formal do poder pela potência colonial; por outro, na mesma data irromperam no território duas entidades reclamando-se, antagonicamente, da qualidade de um novo Estado.

De facto, na tarde do dia 10 de Novembro, Portugal, pela voz do então Alto Comissário Vice-Almirante Leonel Cardo-

so, no salão nobre do antigo Palácio do Governador, fez uma declaração solene que, pela sua relevância histórica, se cita aqui: “em nome do Presidente da República, proclamo solenemente – com efeito a partir das 0 horas do dia 11 de Novembro de 1975 – a independência de Angola e a sua plena soberania, radicada no Povo Angolano, a quem pertence decidir das formas do seu exercício.” E, após esta solenidade, o último representante de Portugal na colónia foi arrear a bandeira portuguesa na Fortaleza de São Miguel e dali seguiu para a base naval da Ilha, onde embarcou todo o dispositivo militar em navios de guerra, os quais permaneceram nas águas territoriais angolanas (que na altura eram de até 20 milhas da costa) até às 0 horas de 11 de Novembro. À mesma hora, em Luanda, na Praça da Independência, o Presidente Agostinho Neto proclamava a Independência de Angola e a instituição da República Popular de Angola. No mesmo dia de 11 de Novembro, a Unita, na então Nova Lisboa, e a FNLA, no Ambriz, proclamavam a Independência e a assim denominada República Democrática de Angola. Mas, nesse dia 11 de Novembro, apenas Agostinho Neto era empossado como Presidente da República de Angola, e o seu Governo no dia seguinte, enquanto que, em Nova Lisboa, apenas Jonas Savimbi presidia à cerimónia da Independência e instituição da dita República Democrática de Angola, na ausência do Presidente da FNLA, Holden Roberto, que na altura se instalou no Uíge e depois em Kinshasa.

Estando assim concentrada em um ou dois dias o fim da noite colonial de cinco séculos de dominação estrangeira, o contexto dramático em que tal acontecia era o de uma profunda divisão e conflitualidade bélica entre os três Movimentos de Libertação: um País partido em três, sem a presença, em nenhum dos palcos, da potência colonial que abalara nas modernas caravelas.

A partir daqui, iniciou-se a grande batalha pelo reconhecimento internacional do novo poder instituído, quer como novo Estado, quer como novo Governo.

No que concerne à “República Demo-



Homenagem ao professor

crática de Angola”, esta entidade teve uma vida efémera, esfumando-se sem ter alcançado qualquer reconhecimento, quer bilateral, quer no seio das Organizações Internacionais. Aliás, o seu “Governo” e o seu “Conselho da Revolução” apenas viriam a tomar posse no dia 3 de Dezembro, no Huambo, com a ausência notória dos dois Presidentes Holden Roberto e Jonas Savimbi. A breve trecho, sobrevieram confrontações armadas entre os dois Movimentos por todas as províncias que dominavam.

De modo radicalmente diferente, ocorreu o reconhecimento da República Popular de Angola e do Governo por ela instituído. Desde logo, na cerimónia da proclamação da Independência, em Luanda, fizeram-se presentes representantes de numerosos Estados, maioritariamente africanos e dos então países socialistas e não-alinhados. Essa presença em tal solenidade não podia deixar de constituir uma clara forma de reconhecimento implícito. Nessa cerimónia, destacou-se a presença do representante do Brasil, o Embaixador Ovídio Melo. Para além dessa presença, simultaneamente, às 20 horas em Brasília e meia-noite em Luanda, o Governo do General Ernesto Geisel emitia uma declaração de “reconhecimento do Governo instalado em Luanda”. Por isso, a história regista ter sido o Brasil o primeiro Estado a reconhecer a República Popular de Angola. E o primeiro, por decreto do mesmo dia, a criar uma Embaixada em Angola. A partir daí, desenrolou-se aquilo que ficou conhecido como a “batalha pelo reconhecimento”, centrada numa denodada e eficiente campanha diplomática, conduzida pelo então Ministro das Relações Exteriores, o Eng. José Eduardo dos Santos. A Itália foi o primeiro País europeu a reconhecer a República Popular de Angola, em 12 de Fevereiro de 1976. Portugal, a ex-potência colonial, que falhara a qualquer das cerimónias de proclamação da Independência, só o veio a fazer em 23 de Fevereiro desse ano, sendo o 82º País a reco-

nhecer e, em 9 de Março seguinte, a estabelecer relações diplomáticas com Angola. Quanto aos Estados Unidos da América, só vieram a reconhecer o Estado e o Governo de Angola, dezoito anos depois, em 19 de Maio de 1993, com a Administração Clinton.

Apar dos reconhecimentos bilaterais – Estado a Estado – a questão do reconhecimento de Angola colocou-se também, e com grande acuidade, ao nível das Organizações Internacionais, designadamente a Organização das Nações Unidas e a Organização da Unidade Africana, no contexto da admissão do novo Estado como membro dessas Organizações.

Na OUA, e após uma dramática Cimeira dos Chefes de Estado e do Governo, realizada entre 10 e 12 de Janeiro de 1976 – em que 22 Países votaram a favor da admissão e 22 votaram contra, com uma abstenção – a admissão da República Popular de Angola acabou por ser adoptada em 12 de Fevereiro de 1976. Angola tornou-se, assim, o 46º Estado membro da Organização continental, numa altura em que 80 Países, entre os quais 40 africanos, a tinham reconhecido bilateralmente.

Já na ONU, o processo de admissão da República Popular de Angola foi mais problemático e estendeu-se por mais quase um ano. Basicamente porque, sendo o processo de admissão de um novo membro sujeito a uma dupla apreciação na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança, ao nível deste último órgão prevalecia a oposição forte do Governo dos Estados Unidos, que brandia a ameaça do uso do seu direito de veto. Essa ameaça só desapareceu quando o Conselho de Segurança adoptou a Resolução nº 397, de 22 de Novembro de 1976, na qual recomendou à Assembleia Geral a admissão de Angola como membro da Organização. O que este órgão plenário veio a deliberar, em 1 de Dezembro de 1976, tornando-se assim Angola o 146º Estado membro. Esta é uma data históri-



Biografia

Fernando Manuel Oliveira nasceu no Huambo em 1946. Obteve a licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa em 1970, D.E.A. de Direito Internacional pela Universidade de Direito, Economia e Ciências Sociais de Paris (1987). Investigador do Centro de Estudos e Investigação da Academia de Direito Internacional de Haia (1994).

Professor titular da Universidade Agostinho Neto (UAN), regente desde 1980 da disciplina de Direito Internacional Público I e Direito Internacional Público II (direito do Mar) do Curso de Direito da Faculdade de Direito da UAN. Membro da Comissão Instaladora da Faculdade de Direito da UAN (1978-80). Coordenador Científico da Faculdade (1982-86). Membro da Comissão de Gestão da Faculdade (1990-1997) e Decano eleito da Faculdade desde Fevereiro de 1997 até 2005.

Director do Gabinete do Ministério da Informação no Governo de Transição (1975). Ajudante Auditor do Procurador da República (1975-1978). Director do Gabinete Jurídico do Ministério da Justiça (1978-1986).

Assessoria jurídica ao Governo angolano, no domínio legislativo, desde a Independência.

Delegado de Angola em diversos comités e conferências internacionais de codificação do Direito Internacional, na Organização das Nações Unidas e na Organização de Unidade Africana.

Consultor do Governo angolano, com o estatuto de Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores, designadamente sobre a Independência da Namíbia e a delimitação das fronteiras marítimas de Angola.

Consultor do Banco Mundial (Projecto PREGÉ – Componente Legal, 1994: diagnóstico do quadro legal

no domínio económico, elaboração, nomeadamente, dos projectos de leis sobre as actividades económicas e delimitação de sectores, sobre os investimentos estrangeiros, sobre as empresas públicas e sobre a planificação.

Emissão de pareceres e legal opinions para o exterior, como legal advisor independente, em operações de financiamento internacionais à República de Angola.

Advogado em Angola, desde 1973, inscrito na Ordem dos Advogados de Angola, da qual foi co-fundador. Principais publicações:

A Defesa do Consumidor, 1973; Textos de Direito Internacional I, 1982; Breve Glossário de Latim para Juristas, 1984; Textos de Direito Internacional II, 1985; La Raisonabilité en Droit International, 1987; Les Pouvoirs Impliqués des Organisations Internationales, 1987; Defesas Penais – Peças Forenses, 1990; Conditions Environ-

nementales Attachées à l'Aide au Développement,. Ecologie contre Souveraineté, 1994; A Protecção Internacional dos Direitos Humanos em Angola, 1996; A Intervenção das Nações Unidas na Solução do Conflito Interno Angolano, 1996; Praticando o Direito, 1998; Prédio Comfabril – a Reparação de uma Ilegalidade. Recurso para o Tribunal Supremo, 1999; Questões Fiscais Administrativas. Peças & Pareceres, 2005.



History.com

Em 21 de Fevereiro de 1848, o Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx com a ajuda de Friedrich Engels, é publicado em Londres por um grupo de socialistas revolucionários de origem alemã conhecido como Liga Comunista. O panfleto político - indiscutivelmente o mais influente da história - proclamava que "a história de toda a sociedade até então existente é a história das lutas de classes" e que a inevitável vitória do proletariado, ou classe trabalhadora, poria fim à sociedade de classes para sempre. Originalmente publicado em alemão como Manifest der Kommunistischen Partei ("Manifesto do Partido Comunista"), o trabalho teve pouco impacto imediato. Suas ideias, no entanto, reverberaram com força crescente no século 20 e, em 1950, quase metade da população mundial vivia sob governos marxistas.

Karl Marx nasceu em Trier, na Prússia, em 1818 - filho de um advogado judeu que se converteu ao luteranismo. Ele estudou Direito e Filosofia nas universidades de Berlim e Iena e inicialmente foi um seguidor de GWF Hegel, o filósofo alemão do sé-

culo 19 que buscava um sistema dialéctico e abrangente de filosofia. Em 1842, Marx tornou-se editor do Rheinische Zeitung, um jornal democrático liberal em Colónia. O jornal cresceu consideravelmente sob sua orientação, mas em 1843 as autoridades prussianas o fecharam por ser muito franco. Naquele ano, Marx mudou-se para Paris para co-editar uma nova revisão política.

Paris era na época um centro para o pensamento socialista, e Marx adotou a forma mais extrema do socialismo conhecido como comunismo, que pedia uma revolução da classe trabalhadora que derrubaria o mundo capitalista. Em Paris, Marx fez amizade com Friedrich Engels, um colega prussiano que compartilhava seus pontos de vista e se tornaria um colaborador vitalício. Em 1845, Marx foi expulso da França e se estabeleceu em Bruxelas, onde renunciou à sua

nacionalidade prussiana e foi acompanhado por Engels.

Durante os dois anos seguintes, Marx e Engels desenvolveram sua filosofia do comunismo e se tornaram os líderes intelectuais do movimento operário. Em 1847, a Liga dos Justos, uma sociedade secreta formada por trabalhadores revolucionários alemães que moravam em Londres, pediu a Marx que se juntasse à organização. Marx aceitou e, com Engels, renomeou o grupo de Liga Comunista e planejou uni-lo a outros comités de trabalhadores alemães em toda a Europa. Os dois foram encarregados de elaborar um manifesto resumindo as doutrinas da Liga.

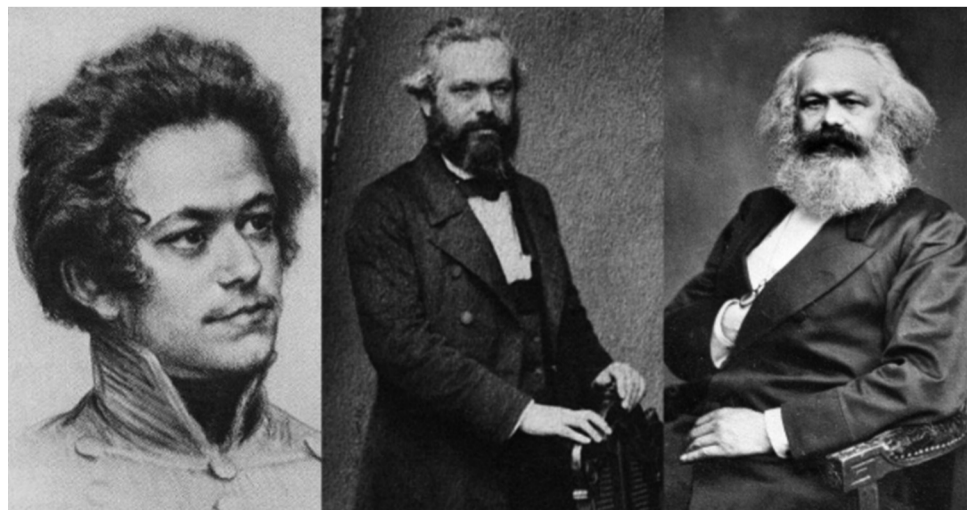
De volta a Bruxelas, Marx escreveu O Manifesto Comunista em Janeiro de 1848, usando como modelo um tratado que Engels escreveu para a Liga em 1847. No início de Fevereiro, Marx enviou o trabalho para Londres, e a Liga imediatamente adoptou-o como seu manifesto. Muitas das ideias do Manifesto Comunista não eram novas, mas Marx havia conseguido uma síntese poderosa de ideias diferentes por meio de sua concepção materialista da história. O Manifesto começa com as palavras dramáticas: "Um espectro está assombrando a Europa - o espectro do comunismo", e termina declarando: "Os proletários não têm nada a perder a não ser suas cadeias. Eles têm um mundo para vencer. Trabalhadores do mundo, uni-vos!"

No Manifesto Comunista, Marx previu uma revolução iminente na Europa. O panfleto mal havia esfria-

do depois de sair das prensas em Londres, quando a revolução irrompeu na França em 22 de Fevereiro devido à proibição de reuniões políticas realizadas por socialistas e outros grupos da oposição. Distúrbios isolados levaram à revolta popular e, em 24 de Fevereiro, o rei Louis-Philippe foi forçado a abdicar. A revolução se espalhou como fogo na Europa continental. Marx estava em Paris a convite do governo provincial quando o governo belga, temeroso de que a maré revolucionária logo engoliria a Bélgica, o baniria. Mais tarde naquele ano, ele foi para a Renânia, onde agitou a revolta armada.

A burguesia da Europa logo esmagou a Revolução de 1848, e Marx teria que esperar mais por sua revolução. Ele foi a Londres para viver e continuou a escrever com Engels, enquanto organizavam o movimento comunista internacional. Em 1864, Marx ajudou a fundar a Associação Internacional de Trabalhadores - conhecida como a Primeira Internacional - e em 1867 publicou o primeiro volume de seu monumental Das Kapital - o trabalho de fundação da teoria comunista. Com a sua morte em 1884, o comunismo se tornou um movimento a ser considerado na Europa. Vinte e três anos depois, em 1917, Vladimir Lenine, um marxista, liderou a primeira revolução comunista bem sucedida do mundo na Rússia.

(<https://www.history.com/this-day-in-history/marx-publishes-manifesto>)



1848: Karl Marx publica o Manifesto Comunista

Bernard Dabié (1916-2019)

Parte um dos pioneiros das letras africanas

GASPAR MICOLO

Considerado inequivocamente o pai das letras da Costa do Marfim, o escritor Bernard Abou Koffi Binlin Dadié, ou simplesmente Bernard Dabié, faleceu no passado dia 9 em Abidjan, aos 103, deixando assim um vasto legado nas letras africanas, não fosse ele um dos seus pioneiros, deixando marcas de forma brilhante, em todos os géneros, da poesia ao teatro.

No passado dia 10 de Janeiro, o escritor comemorou os seus 103 anos, o que, claramente, levantou muitas curiosidade sobre o segredo da sua longevidade. Mas, Bernard Dabié já estava fragilizado e vivendo na sua habitual discrição e uma elogiada dignidade. Só algo o irritava: já não podia escrever, "enquanto ainda tinha muito a dizer", terá confessado a um parente, no verão de 2017. Dabié, que considerava que o escritor "é um intérprete do seu povo", foi dos primeiros dramaturgos africanos em francês, e em toda a sua obra há o casamento entre o tradicional africano e o mundo moderno, numa escrita sempre elegante, rica em poesia, humor e uma militância da liberdade.

Há um ano, o renomado escritor perdeu a sua companheira Rosalie Asamala, com quem casara em 1950, e teve nove filhos. E isso afectou profundamente Dabié, um homem apaixonado pela esposa. É que, enquanto secretário de informação do Partido Democrata da Costa do Marfim, que lutava pela independência, Dabié esteve preso entre Fevereiro de 1949 e Março de 1950 e a sua querida Rosalie percorria quilómetros para o ver na prisão. Casados depois de livre da prisão, Rosalie desempenha outra vez um importante papel na vida de Dabié. O escritor e jornalista marfinense Serge Bile reconhece que Rosalie "desempenhou um papel importante na sua carreira literária e ele conseguiu, através dela, levar uma vida extraordinária".

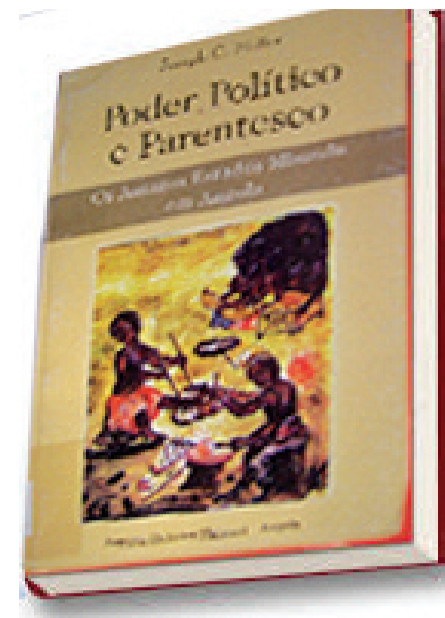
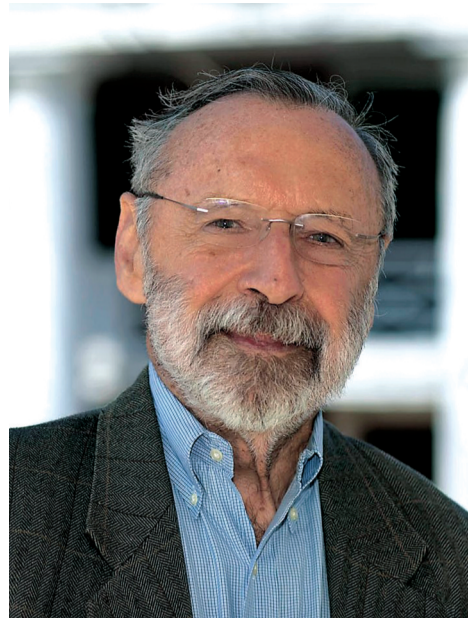
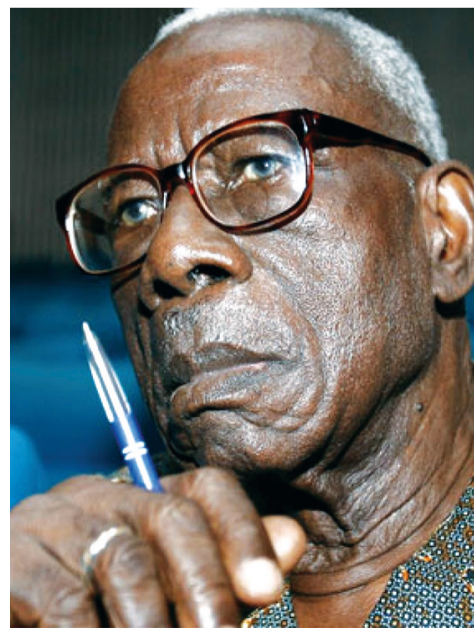
Com uma vasta obra premiada, Dabié viria a desempenhar várias funções dentro da administração de Félix Houphouët-Boigny, então secretário geral do seu partido, depois da independência do país em 1960, mas viria a discordar deste em diferentes ocasiões. Chegou ainda a ser ministro da Cultura e Informação do país em 1977. "Bernard Dadié teve a coragem de lutar contra a ordem colonial e da luta contra Houphouët-Boigny, quando dele discordou", diz Serge Bile à Jeune Afrique. "Eles tiveram confrontos que não eram simples", diz o jornalista emérito, autor de duas dezenas

de obras com elevado sucesso de venda, com destaque para "Noirs dans les camps nazis" e "Et si Dieu n'aimait pas les Noirs : enquête sur le racisme aujourd'hui au Vatican". Serge Bile acaba de lançar, no início deste mês, a sua obra "Mes Années Houphouët", em que reconta episódios da vida do então primeiro Presidente da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny. Na obra, o jornalista dedica um capítulo completo à vida de Dabié, revelando aspectos reconhecidos da sua bravura. "Bernard Dadi é o símbolo das letras da Costa do Marfim, o símbolo da resistência literária, o símbolo do não", diz o escritor marfinense Josué Guébo, ex-presidente da Associação de Escritores da Costa do Marfim, que participa no livro de Serge Bile. "Ele se opunha à colonização, bem como à neocolonização".

Ao lado de gigantes como Léopold Sédar Senghor e Aimé Césaire, Bernard Dadié, duas vezes vencedor do Grande Prémio Literário da África Negra, pertence ao panteão das letras africanas de expressão francesas.

Nascido em 1916 em Assinie (80 km a leste de Abidjan), Dabié encontra, durante toda a sua vida, um equilíbrio entre, por um lado, a necessidade de escrever o que sempre o animou e, por outro lado, as contingências da política que ele sofreu. Não admira que tenha entrado explorado a narrativa autobiográfica.

Indicado pelo governo do seu país a candidato ao Prémio Nobel, em 2014, Dabié parte assim sem o galardão que muitos achavam merecer. Ao juntar-se à sua eterna companheira, deixa uma vasta obra que falará por si, não fosse o escritor um intérprete do seu povo. "Ele partiu enquanto vivia", disse o sobrinho Joseph Anoma à Jeune Afrique. E "(...) lutou até o último suspiro".



Joseph Miller (1939 - 2019)

Um gigante na História de África e de Angola

Reconhecido pelos seus pares, Joseph Miller deixa um trabalho excepcional e pioneiro na historiografia angolana. O caminho que abriu foi seguindo por vários historiadores, aos quais apoiou até a sua partida.

GASPAR MICOLO

O conhecido historiador norte-americano Joseph Calder Miller, de 79 anos, não resistiu a um cancro agressivo no passado dia 12. Professor de História na Universidade de Virgínia, o académico contribuiu com várias obras sobre a História de África, nomeadamente a de Angola e a do Tráfico de Escravo Transatlântico.

Durante os quarenta e seis anos em que trabalhou na universidade, Miller recusou outras posições, incluindo um convite para ingressar na Faculdade de História, em Harvard. Conhecido como um gigante no campo da História de África e da História mundial da escravidão, o seu trabalho concentrou-se no tráfico de escravos e escravatura, especialmente em todo o Atlântico Sul.

Publicada originalmente em 1976, a sua obra "Kings and Kingsmen", traduzida para o português, "Poder Político e Parentesco - Os Antigos Estados Mbundu em Angola" acabou por ser editada em 1995 pelo Arquivo Histórico Nacional (AHN), numa iniciativa que marcava o 20º Aniversário da Independência de Angola.

No prefácio à referida obra, assinado pela então directora do AHN, Rosa Cruz e Silva, que viria a ser a ministra da Cultura, justifica-se que o trabalho do Professor Miller "responde aos anseios de uma historiografia renovada que se reclama entre nós e se constrói com base numa metodologia de complementaridade das fontes disponíveis para o exercício do fazer histórico".

Miller destaca-se assim pelo seu recurso às fontes orais, aliado à exploração das fontes escritas, em trabalhos rigorosos, quer na sua abordagem do

pensamento histórico, assim como em estudos adicionais em antropologia.

Ao longo da sua carreira, Miller recebeu vários prémios; entretanto, revelou-se mais orgulhoso quando lhe foi atribuído o Prémio Herskovits pela Associação de Estudos Africanos pela monumental obra "Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830" (Caminho da Morte: O Capitalismo Mercante e o Comércio de Escravos Angolanos, 1730-1830).

O Jornal de Cultura apurou que o destaque da sua carreira ocorreu no ano passado, depois de aposentado, com dois eventos extremamente especiais: Miller foi inserido na turma de 2018 da Academia Americana de Artes e Ciências, uma conquista excepcionalmente notável, reconhecendo o seu trabalho inovador ao longo de uma longa carreira; depois, realizou-se um colóquio em sua homenagem, "África na História Global", organizado pelos seus antigos alunos, colegas e amigos do Harvard Center for African Studies.

Valorizando o testemunho oral como imprescindível para o estudo das sociedades africanas, o trabalho de Joseph Miller "foi pioneiro, no caso de Angola", sendo assim "exemplo de investigação onde se relacionam os métodos da História e da Antropologia (com apoio da Linguística), abriu um caminho essencial ao conhecimento do passado angolano", escreveu Rosa Cruz e Silva sobre o historiador que, enquanto presidente da Associação de Estudos Africanos (2005-2006) e da American Historical Association (1998), dedicou-se a orientar outros estudiosos e apoiou os esforços para construir redes entre os pesquisadores da África lusófona.



FRANCISCO NETO

O angolano, sabe-se lá como ganhou este hábito, dentro das suas fronteiras, é conhecido como muito hospitaleiro. Fora delas, e ainda terá de se descobrir quando é que começou, é conhecido como excessivamente vaidoso e pródigo. Em algumas paragens, dizem com frequência: o angolano gasta à toa!!...

Entretanto, como tudo na vida, existem algumas exceções nestas famas que o angolano ostenta dentro e fora das suas fronteiras. Passo a contar como nasceram:

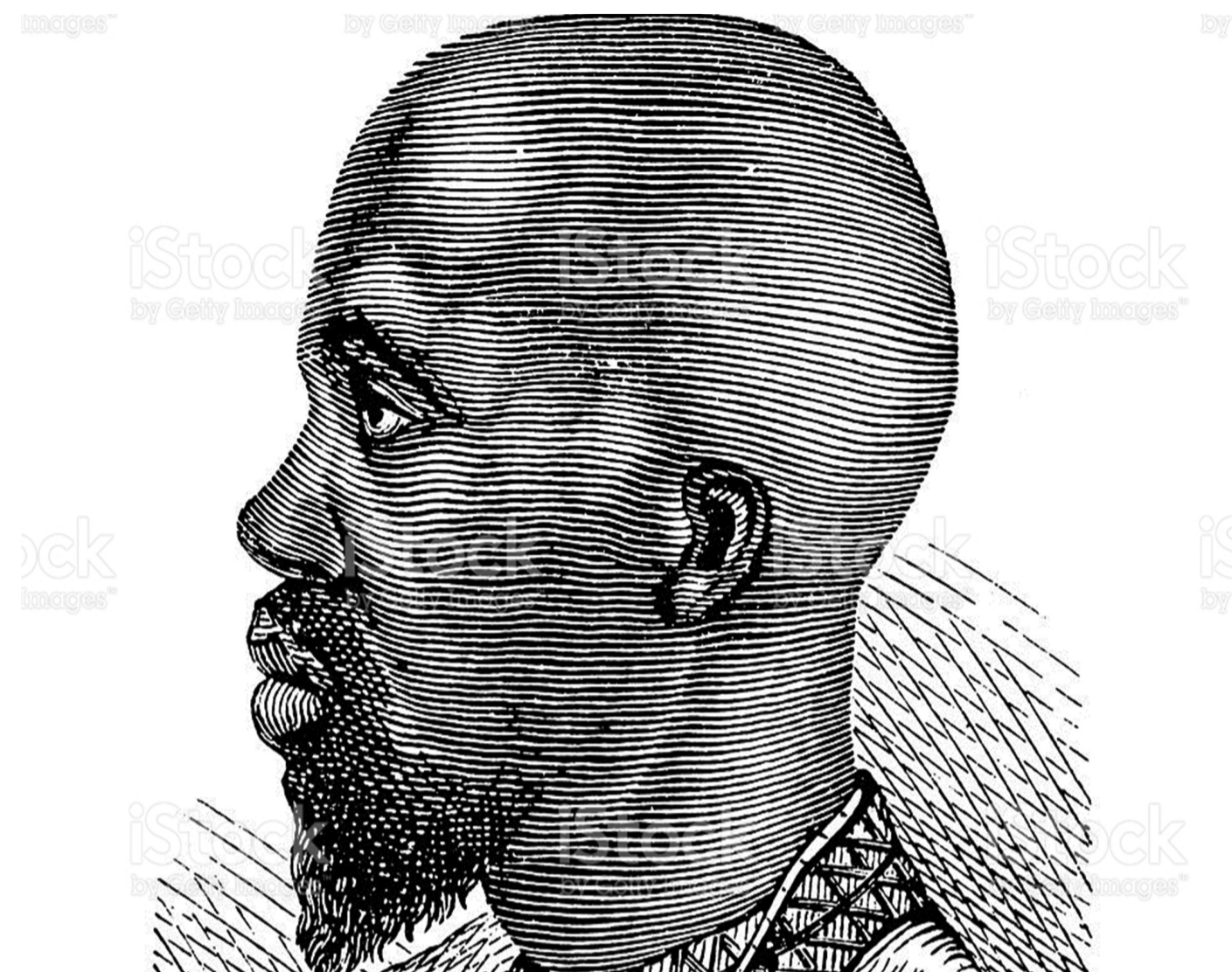
Era sábado à tarde. A Rua de Nazaré estava apinhada de gente, por culpa de uma grande briga que acabara de acontecer. Nos vários séquitos formados, ecoavam sonoras gargalhadas. As pessoas contavam como fora aquela briga entre o Stafen e o seu grande amigo Durão, inclusive, uns imitavam os golpes que os dois contendores se disferiram. Noutras catervas, havia forte admiração nos rostos. Era-lhes difícil acreditar que os dois amigos haviam pugnado tão ferozmente. Eram como irmãos.

Num repente, todos os integrantes daqueles grupos, os admirados e os sorridentes, pregaram o olhar no Kamatumbo, que acabava de fazer a esquina do Peter Fonda, como ficara afamada a ligação entre a Rua de Nazaré e a do Amaral de Baixo. Na verdade, os mirones olhavam para os dois senhores de raça branca que vinham com o Kamatumbo. Eram seus colegas na empresa Soares da Costa.

Ao passarem, Kamatumbo foi acenando para os grupos de prosadores, sem parar. Os seus acompanhantes, imitando-o, faziam o mesmo. Em casa, a esposa do Kamatumbo recebeu com elevada pompa os colegas do esposo. Aliás, o bem-receber era a marca dos angolanos. A seguir, a mesa esteve linda. Preenhe com os vários manjares e as bebidas.

Depois do almoço, as cervejas de marca Super Bock, geladinhas, foram as companheiras na cavaqueira. Enquanto avançavam os tragos, as gargalhadas também ganhavam maior tonalidade. Os dois portugueses contavam variadíssimas anedotas. Cenas bem hilariantes.

Ouvindo as cenas dos forasteiros, a anfitriã lembrou-se da luta que ocorrera na rua. Contou-lhes também. Os portugueses sorriram à beça e puderam entender porquê que encontraram a rua grávida de gente. Quando as gargalhadas terminaram, Kamatumbo foi buscar o álbum de fotografias. Era preciso mostrar a sua família aos colegas portugueses. Enquanto apreciavam o álbum, Kamatumbo foi di-



A fama do angolano

zendo quem eram as pessoas que apreciavam nas fotografias. Aos poucos, os portugueses, que acompanhavam emudecidos, foram alterando o semblante. Motivo: Kamatumbo mostrava-lhes muitas mães e muitos pais. “Esta é a minha mãe grande. Esta é a minha mãe de casa. Esta é a minha mãe menora. Esta é a minha mãe casule” - “Este é o meu papá de casa. Este é o papá grande. Este é o meu pai menor. Este é o meu pai pequeno”. Coisa de angolano!

Depois de terminarem o passeio pelo álbum, quando Kamatumbo o levou de volta, os dois portugueses entreolharam-se com espanto e, de seguida, encolheram os ombros. Regressado, Kamatumbo, novamente, conseguiu meter sorriso grande na boca dos seus visitantes. Contou-lhes várias cenas do Quadrado. Naquele sábado, até o nome do Boy Quim, que era o grande vilão do Quadrado, se maculara na boca dos forasteiros.

A noite era incipiente, quando os portugueses descolaram as nádegas das cadeiras. Nas bocas, ao despedirem-se, houve um pedido veemente: da próxima vez, queremos conhecer o Boy Quim, ao que Kamatumbo respondeu prontamente: está combinado!

Quando os dois portugueses chegaram ao condomínio da empresa, que se localizava na Vila Alice, sem delongas, contaram logo a grande novidade que encontraram na casa do Kamatumbo: os angolanos têm muitas mães e muitos pais. Na manhã seguinte, esta novidade era de domínio de toda a

comunidade portuguesa em Luanda. A partir daquela data, quando os portugueses se referiam aos angolanos, em forma de jargão, diziam: “é um que tem muitas mães e muitos pais”. Para eles, a fama de povo hospedeiro que os angolanos ostentavam terminara naquele sábado em que o Stafen pugnara contra o seu amigalhão Durão.

Passados muitos anos depois deste episódio, certa noite, Kamatumbo, que já trabalhava para uma empresa pública de transportes como motorista e apoiava a Selecção do Gana, por altura do Can 2010, realizado em Angola, achava-se em grande festejo com a equipa ganense, que celebrava a sua passagem à final da competição.

Naquela luxuosa sala do Hotel, de súbito, Kamatumbo isolou-se dos demais convivas. Seu rosto perdera toda a alegria. Seus olhos perderam o fulgor. Sentado, absorto, Kamatumbo prendera as mãos no queixo e o olhar à mesa, recheada de comidas e bebidas. Vendo-o naquele estado, Asamoah, Jonathan Mensah e Stephen Appiah abeiraram-se dele. O último indagou o motivo daquela sua apatia repentina. Sem sequer desprender as mãos do queixo e o olhar da mesa, Kamatumbo respondeu

- Neste momento, estou com um forte desejo de ser um cabrito.

Os três soltaram uma estrondosa gargalhada de repente. O barulho da mesma retirou Kamatumbo daquele estado. Com as mãos fora do queixo, levou o olhar, agora cheio de pasmo, aos três gargalhadores, que voltavam

para o local onde se encontravam todos os convivas.

Vendo-os tão sorridentes, Kamatumbo, que respondera sem pensar, notara a ingente needade que cometera. É que aquela tristeza lhe surgira de chofre porque, ao ver aquela mesa farta, lembrou-se de que os seus filhos, se calhar, naquela noite estavam a dormir sem jantar, pois a sua empresa estava com muitos salários atrasados. Falou do cabrito porque era o que lhe ocorria naquele instante. Comer e guardar, dentro de si, para depois levar para os filhos.

Kamatumbo juntou-se aos homens sorridentes e disse-lhes que estava a brincar. Estes não acreditaram e, minutos depois, Stephen Appiah escreveu na sua conta do Facebook: ganenses, contem connosco. Seremos campeões, porque o nosso desejo não é ser cabrito como os angolanos, É ser campeões de África!!!

Ainda naquela noite, a fama do desejo dos angolanos, em serem cabritos, tornou-se famigerada. Depois de o campeonato terminar, com vitória do Egipto, no Gana, os angolanos, foram cognominados de “os desejosos de ser cabritos”. E esta fama arrasta-se até aos dias hodiernos.

E foi deste jeito que nasceram as duas exceções às famas dos angolanos. Dentro das suas fronteiras, os portugueses passaram a chamá-los de “os que têm muitos pais e muitas mães”. Fora delas, no Gana, são apelidados de “os desejosos de ser cabritos”. Tudo por causa do Kamatumbo...

Soraia Santos, directora do Museu Regional da Huíla: “Necessitamos de um espaço compatível com os padrões da museologia internacional”



Soraia Santos

técnico de catalogação e conservação do acervo?

O Museu conta com apenas 5 funcionárias efectivas. Por sermos poucas não temos papéis definidos, fazemos de tudo um pouco. Temos necessidade de, pelo menos, mais três funcionários para a área técnica e investigação e três para limpezas e jardinagem. A falta de Recursos Humanos e falta de um meio de transporte são, sem dúvida, as maiores carências do Museu neste momento.

A biblioteca contém livros raros e antigos muito úteis para pesquisa. Quem a tem frequentado?

A nossa biblioteca tem cerca de 8 mil livros e estão todos à disposição de estudantes e investigadores que necessitem de os consultar. Abrimos em 2013 uma sala de leitura onde essa consulta pode ser efectuada. Nenhum livro sai da instituição, a consulta é feita no local.

O espaço destinado à biblioteca pareceu-nos muito reduzido, mesmo para albergar os 8 mil livros da colecção. Como superar esse problema?

De facto, o espaço é reduzido. Apenas um novo Museu poderá resolver essa questão do espaço. Mesmo assim temos procurado ter também esse serviço aberto ao público e temos tido muitos utilizadores do espaço, principalmente estudantes do Ensino Superior.

No que toca a pessoal capacitado para a investigação antropológica e sociológica na região, com quem conta o Museu, que necessidades se fazem sentir e onde buscar esses técnicos?

O Departamento de Investigação é um dos mais importantes dentro dos Museus, apenas técnicos com formação específica estão capacitados a fazer investigação. Para além de mim, o MRH tem contado com os estudantes finalistas do ISCED-Huíla que nos vão disponibilizando o resultado das suas investigações nas áreas da Antropologia Cultural, História e Arqueologia. Para dinamizarmos o Departamento de investigação necessitamos de pelo menos um técnico superior com experiência em investigação e de um meio de transporte para trabalhos de campo de pesquisa e

JOSÉ LUÍS MENDONÇA

Desde a sua fundação, em 1956, o Museu da Huíla funciona em instalações provisórias, que hoje já não se coadunam com os padrões da museologia internacional, nem com a magnitude da História dos povos da região. O Jornal de Angola apresenta, pela voz de Soraia Santos, directora do museu, o quadro das actividades que fazem a ligação mais directa com um público mais vasto e a visão futurista da instituição que dirige.

O Museu Regional da Huíla possui um acervo que permite contar a história da região Sul de Angola desde a pré-história aos dias de hoje. Mas, o espaço físico do museu é suficiente? O que falta, afinal, construir no Lubango, em termos museológicos?

O MRH conta com várias colecções, uma de Etnografia do Sul de Angola, uma de Etnografia portuguesa, uma colecção fotográfica com cerca de 2000 fotos que retratam as várias fases de evolução da cidade do Lubango, uma colecção de artefactos ar-

queológicos da Pré-História, uma colecção de postais, uma pequena colecção de numismática, uma colecção de selos e a estatuária colonial que conta com quatro bustos (Luís de Camões, José Agapito da Silva Carvalho, D. José da Câmara Leme e António Augusto Peixoto Correia) e duas estátuas (João de Almeida e Artur de Paiva). Dessa sete colecções apenas duas podem ser visitadas, a de Etnografia do Sul de Angola e a de estatuária colonial.

O Museu funciona num edifício adaptado às funções de museu desde a sua fundação em 1956. Já nessa altura, e segundo as fontes, as instalações eram provisórias, portanto, sim, necessitamos de um espaço novo, concebido de acordo com os padrões da museologia internacional. Esse projecto existe, desde 2014, é um projecto do Governo provincial, mas, infelizmente, a crise económica que o país vive, também desde essa altura, não permitiu a execução do mesmo.

Quando o Museu recebe muitas visitas, o pessoal técnico tem de se desdobrar e ocupar-se do acompanhamento. Qual seria a situação ideal, em termos de pessoal, por forma a não prejudicar o trabalho

Biografia

Soraia de Fátima Martins dos Santos Ferreira, natural do Lubango, aos 17 de Maio de 1981, é licenciada em História, variante Arqueologia, pela Universidade de Coimbra. Na mesma Instituição de Ensino Superior especializa-se em Museus e Património Cultural. Antes de regressar a Angola tem contacto com o mundo profissional trabalhando no Museu Monográfico de Conimbriga e participando em diversas campanhas de escavação e acompanhamentos arqueológicos. O seu regresso a Angola acontece em 2009, ano em que começa a desenvolver projec-

tos na área do Património Cultural enquanto técnica da Direcção Provincial da Cultura da Huíla. Em 2014, é nomeada Directora do Museu Regional da Huíla onde, desde então, coordena todo o trabalho técnico, projectos de investigação e museológicos. É ainda, desde 2013, docente colaboradora no ISCED-Huíla. Ao longo dos anos tem participado em diversas conferências nacionais e internacionais, como conferencista e com artigos publicados nas revistas Africana Studia e Diálogos com a Arte, bem como em diversas Actas de encontros científicos.



recolha de dados e até mesmo recolha de novas peças para a Instituição.

Quais são os projectos em curso, que fazem a ligação com o público e as academias?

Temos o MEC (Museu ao Encontro das Comunidades) que tem como objectivo darmos a conhecer o MRH fora de portas. Fazemos palestras sobre o Museu, o que é, para que serve, em escolas, Instituições de Ensino Superior e pretendemos, em breve, abrangê-lo às comunidades mais rurais.

Para os mais pequeninos temos a sala "O contador de Histórias" que tem como objectivo estimular o gosto pela leitura, privilegiando a literatura infantil de autores nacionais e esperamos ainda, durante este ano, implementar o projecto "Descobrir quem somos" (do qual posso falar quando arrancar).

2018 foi um ano muito positivo para o MRH que, com a ajuda do empresário local, conseguiu concretizar objectivos antigos, como o lançamento do catálogo da exposição permanente "A Herança Secular dos Povos do Sul de Angola", patrocinado

pelo Banco Económico, a apresentação da obra "História de Angola. Da Pré-História ao início do século XXI" de Alberto Oliveira Pinto, sendo esta a primeira apresentação pública da obra em Angola, patrocinado pela fábrica de água Preciosa e a finalização do projecto de reabilitação do jardim do Museu que contou com o apoio da Água Preciosa, Planasul e Conser. Costumo dizer que foi o melhor ano do Museu em termos de realizações.

Para 2019 esperamos uma dinâmica idêntica, também muito apoiada nos patrocínios de empresas locais. Esperamos poder conferir ao nosso depósito principal as condições adequadas à conservação das peças, estamos a trabalhar num projecto que implica a concepção de uma nova exposição permanente, uma vez que esta já está montada há 10 anos e esperamos montar uma exposição temporária em Junho. Para além disso teremos uma agenda cultural ao longo de todo o ano que conta com apresentações de dança, teatro, poesia, jazz e projecções de documentários que divulguem a grande diversidade cultural do Sul de Angola.



Marcelina Hiange, à esquerda e Zenguela Costa, à direita

A escravatura moderna



A escravatura moderna é um crime contra a humanidade. Embora alguns tipos de escravização, como o tráfico sexual, sejam amplamente conhecidos, outros se escondem à vista. A escravização acontece em muitas indústrias - incluindo restaurantes, trabalho doméstico, electrónicos, construção, têxteis, aço e frutos do mar.

Mas exactamente quantas pessoas hoje vivem na escravidão? Seja medindo a escravidão moderna nos EUA ou em todo o mundo, existem estimativas diferentes e inconsistentes. Em 2017, estimava-se que havia cerca de 40 milhões de pessoas escravizadas em todo o mundo.

Para alguém que pesquisa a escravidão moderna, calcular a sua prevalência é como encontrar uma agulha num palheiro. Uma figura válida é elusiva e, no entanto, essencial para que políticas melhores libertem as pessoas escravizadas e as ajudem a fazer a difícil transição para a libertação.

Definindo a escravidão moderna

As definições da escravidão moderna mudaram com o tempo.

Em 1926, a Liga das Nações definiu a escravidão como o "status ou condição de uma pessoa sobre a qual qualquer ou todos os poderes ligados ao direito de propriedade são exercidos". A ONU ampliou essa definição em 1956 para incluir casamento forçado e mais protecções pelos direitos das mulheres.

As coisas mudaram novamente

em 2000. A ONU introduziu o termo "tráfico de pessoas" e omitiu referências de casamento forçado do Protocolo de Palermo amplamente adoptado. Mas em 2013, a Assembleia Geral da ONU reconheceu o casamento forçado como uma forma de escravidão.

As definições são importantes porque influenciam a maneira como o público e os formuladores de políticas interpretam o assunto. Em tribunal, por exemplo, o termo "tráfico de pessoas" pode ser mais persuasivo para os jurados do que um termo como "escravidão".

Para os pesquisadores, as nuances também são importantes quando se trata de estimar o número de pessoas escravizadas. Algumas organizações incluem o casamento forçado nas suas estimativas da escravidão moderna; outros não o fazem.

Outros ainda discordam sobre quando as condições de trabalho severas merecem o rótulo de "escravidão". A Organização Internacional do Trabalho disse: "Nem todas as crianças que são expostas ao trabalho perigoso são 'escravas', e nem todos os trabalhadores que não recebem um salário justo são forçados."

Entre as estimativas publicadas de casamento forçado, os números são impressionantes. Com base em seus cálculos, a UNICEF estima que aproximadamente 650 milhões de meninas e mulheres vivas hoje se casaram antes de completarem 18 anos.